

DIÁRIO da Assembleia da República

LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 1988

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Caio Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta dos diplomas entrados na Mesa.

Em sessão de perguntas ao Governo usaram da palavra, além do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional (Eurico de Melo), dos Srs. Ministros dos Assuntos Parlamentares (António Capucho), das Finanças (Miguel Cadilhe) e da Saúde (Leonor Beleza) e dos Srs. Secretários de Estado do Planeamento

e do Desenvolvimento Regional (Isabel Mota), do Ensino Superior (Alberto Ralha) e da Energia (Nuno Ribeiro da Silva), os Srs. Deputados Ricardo Barros (PS), Herculano Pombo (Os Verdes), Luís Filipe Meneses (PSD), Ferraz de Abreu (PS), Isabel Espada (PRD), Rogério Moreira (PCP), António Mota (PCP), Basílio Horta e Narana Coissard (CDS) e João Corregedor da Fonseca (ID).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Alexandre Azevedo Monteiro.
Amândio dos Anjos Gomes.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António Abílio Costa.
António de Carvalho Martins.
António Costa de A. de Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António José de Carvalho.
António Maria Oliveira de Matos.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Armando Manuel Pedroso Militão.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Belarmino Henriques Correia.
Carla Maria Tato Diogo.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Carlos Sacramento Esmervaldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
César da Costa Santos.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercilia Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conceição.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Gilberto Parca Madail.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João Manuel Ascensão Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.

Joaquim Fernandes Marques.

Joaquim Vilela de Araújo.

Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.

José Álvaro Machado Pacheco Pereira.

José António Coito Pita.

José Assunção Marques.

José Augusto Ferreira de Campos.

José Augusto Santos Silva Marques.

José Francisco Amaral.

José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.

José Júlio Vieira Mesquita.

José Leite Machado.

José Luís Bonifácio Ramos.

José Luís Campos Vieira de Castro.

José Manuel da Silva Torres.

José Mário Lemos Damião.

Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.

Licínio Moreira da Silva.

Luís Amadeu Barradas Amaral.

Luís António Martins.

Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.

Luís Filipe Meneses Lopes.

Luís da Silva Carvalho.

Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Manuel António Sá Fernandes.

Manuel Coelho dos Santos.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel João Vaz Freixo.

Manuel Joaquim Baptista Cardoso.

Manuel José Dias Soares Costa.

Manuel Maria Moreira.

Maria Assunção Andrade Esteves.

Maria da Conceição de Castro Pereira.

Maria Luísa Lourenço Ferreira.

Maria Manuela Aguiar Moreira.

Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.

Mário Ferreira Bastos Raposo.

Mário de Oliveira Mendes dos Santos.

Mateus Manuel Lopes de Brito.

Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.

Paulo Manuel Pacheco Silveira.

Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Valdemar Cardoso Alves.

Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Vítor Pereira Crespo.

Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Manuel Avelino.

Alberto de Sousa Martins.

António de Almeida Santos.

António Carlos Ribeiro Campos.

António Fernandes Silva Braga.

António José Sanches Esteves.

António Magalhães da Silva.

António Manuel Carvalho Vitorino.

António Miguel Moraes Barreto.

António Poppe Lopes Cardoso.

Edmundo Pedro.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Fernando Ribeiro Moniz.

Francisco Fernando Osório Gomes.

Francisco Igrejas Caeiro.

João Barroso Soares.
 João Rosado Correia.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Vítor Manuel Caio Roque.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luísa Amorim.
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.
 José da Silva Lopes.
 Rui José dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.

O Sr. Secretário vai enunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa e foram admitidos os projectos de lei n.º 184/V — Criação da freguesia de Bicos, no concelho de Odemira, apresentado pela Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, do PS, que baixou à

10.ª Comissão, n.º 185/V — Estabelece o critério a que deve obedecer a extracção de materiais inertes, apresentado pelos Srs. Deputados Herculano Pombo e Maria Santos, do Partido Os Verdes, que baixou às 10.ª e 14.ª Comissões, n.º 186/V — Criação da freguesia de Luzianes-Gare, no concelho de Odemira, apresentado pela Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, do PS, que baixou à 10.ª Comissão, n.º 187/V — Sobre o museu mineiro de São Pedro da Cova, apresentado pelo Sr. Deputado António Mota e outras, do PCP, e n.º 188/V — Garantia dos direitos das associações de mulheres, apresentado pela Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo e outras, do PCP, do PRD, do PS e de Os Verdes, que baixou à 1.ª Comissão, e o projecto de deliberação n.º 11/V — Decide encomendar a elaboração de uma história do Parlamento Português desde 1820 até hoje e criar uma comissão eventual com o fim de estudar as respectivas condições, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a sessão de perguntas ao Governo.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Barros para formular uma pergunta ao Governo sobre as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América no campo da defesa.

O Sr. Ricardo Barros (PS): — Sr. Ministro da Defesa, a ajuda militar dos Estados Unidos a Portugal, que era de 88 milhões de dólares em 1982, passou para 112 milhões de dólares em 1983, 148 milhões em 1984 e 207 milhões em 1985, decrescendo, desde essa altura, para 189 milhões em 1986, 147 milhões em 1987 e 117 milhões em 1988.

O actual governo, bem como o anterior, proferiu declarações de grande dureza sobre o assunto, chegando até a deixar transparecer para a opinião pública que estava disposto a pôr fim às facilidades concedidas aos Estados Unidos em Portugal. Porém, agora com a visita do Sr. Secretário de Estado da Defesa norte-americano, sem que quaisquer garantias tenham formalmente sido dadas, o Governo aceita as reduções e confia na transferência de material militar a adoptar por via do Southern Region Amendment, mas sem qualquer confirmação sobre o tipo de equipamentos, restando esclarecer que não venham a ser descontados aos montantes da ajuda militar a Portugal.

Sendo assim, e para esclarecimento público, urge perguntar:

- 1) Qual vai ser a ajuda americana em 1988 e nos anos seguintes, quer em crédito, quer em dádivas nas áreas militar e civil?
- 2) Estando previstos para 1988 32 milhões de dólares para a área civil, como os vai o Governo repartir entre a Região Autónoma dos Açores e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento?
- 3) Quais são as implicações da redução da ajuda norte-americana na Lei de Programação Militar e como vai o Governo financiar os programas que eventualmente deixem de ter sustentação?
- 4) Qual vai ser o montante e a natureza dos equipamentos a transferir ao abrigo do Southern Region Amendment e como se virá a integrar

- na programação militar portuguesa? Haverá revisão da lei? Os equipamentos servirão as necessidades nacionais e o que está programado?
- 5) Como vai o Governo assegurar a continuidade dos programas da Fundação Luso-Americana?
 - 6) Que medidas prevê o Governo adoptar para cobrir o défice surpresa criado ao orçamento da Região Autónoma dos Açores, já que era usual, a partir de 1983, os Açores receberem 40 milhões de dólares anuais?
 - 7) As questões acima referidas não implicarão a necessidade de se rever o Orçamento do Estado, a Lei de Programação Militar, o orçamento da Região Autónoma dos Açores e os programas de actividades da Fundação Luso-Americana? Que medidas tem o Governo previstas nesse sentido?

Sr. Ministro da Defesa Nacional, o acordo de 1983 introduziu uma cláusula de salvaguarda que previa a realização de consultas «e a possibilidade de denúncia caso surgisse desacordo quanto à interpretação, implementação ou cumprimento das respectivas disposições» e previa ainda, a partir de 4 de Fevereiro último, a possibilidade de revisão conjunta do acordo.

Tendo em conta que a diminuição da ajuda americana só se verifica de 1986 em diante, por que não utilizaram o governo actual e o anterior os dispositivos da cláusula de salvaguarda e por que só se fala agora em diálogo amigável à margem desses mesmos dispositivos e sem as mínimas garantias?

O Governo deve ao País, neste ponto, um esclarecimento cabal sobre esta matéria e sobre o conteúdo da visita a Portugal do Secretário Norte-Americano da Defesa.

O Sr. Presidente: — Não sei se o Sr. Deputado formulou sete perguntas ou se formulou uma pergunta com sete alíneas. Formalmente, há uma certa discrepância.

Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional (Eurico de Melo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para situar as minhas respostas ao Sr. Deputado Ricardo Barros, penso que há que ler com atenção partes do acordo que temos firmado com os Estados Unidos.

Em primeiro lugar, diz o acordo o seguinte:

Fica ainda acordado que uma revisão conjunta do Acordo poderá ter início, a pedido de qualquer dos governos, a partir de 4 de Fevereiro de 1988.

É que paira a ideia pública de que esta era a data limite para a qual se podia apelar para a revisão do acordo e não é assim. A partir desta data, e em qualquer momento até ao termo do acordo, qualquer das partes pode pedir a sua revisão.

Em segundo lugar, é bom lembrar àqueles que já conhecem e fazer conhecer àqueles que não conhecem algumas cláusulas desse acordo.

Vou ler, só parte:

Os Estados Unidos empenharão os melhores esforços [...] [isto é subjectivo] dentro dos limites dos seus mecanismos constitucionais.

Mais à frente, é dito o seguinte:

A referida ajuda será fornecida anualmente, em conformidade com os processos de autorização e apropriação do Congresso Americano.

É bom ter presente as notas que acabei de ler, o que fundamenta algumas das respostas que vou dar ao Sr. Deputado Ricardo Barros.

Em relação à ajuda americana em 1988, devo dizer que é aquela que o Congresso determinar; aliás, isso está escrito no acordo.

Encontro-me na qualidade de Ministro da Defesa Nacional e não na de Ministro dos Negócios Estrangeiros — que é o responsável pela resposta a algumas das suas perguntas —, portanto, em termos de defesa, posso responder-lhe que, em 1988, vamos receber, segundo a proposta que nos foi feita, 85 050 000 dólares — mais 2 500 000 dólares do que o acordo do ano passado. Além disso — e friso, além disso —, vamos receber excedentes de material americano que não serão escolhidos pelo Governo Americano mas por nós, desde que se enquadrem no equipamento de que temos necessidade para cumprir a Lei de Programação Militar. Portanto, em termos de auxílio de defesa, para o Ministério da Defesa e das Forças Armadas, houve um acréscimo de 2 500 000 dólares e ainda material de defesa que podemos escolher nos excedentes americanos, conforme diz o acordo. E passo a citar:

Financiamentos através de dádivas ou créditos, artigos de defesa excedentes ou remanescentes, quando se encontrarem disponíveis.

Tudo o que foi tratado está perfeitamente dentro do acordo.

Quanto a saber qual a ajuda, devo dizer-lhe que neste momento há uma proposta legítima do Governo dos Estados Unidos no sentido de que, segundo a letra e o espírito do Tratado, podemos invocar que não foram feitos melhores esforços e, em qualquer momento, pedir a revisão do acordo. Nada está ainda decidido, nada foi decidido, ao contrário do que o Sr. Deputado disse e como foi veiculado para a imprensa e para a opinião pública.

Espero que tenha compreendido que uma simples conversa, em 24 horas, com o Secretário da Defesa americano, Sr. Frank Carlucci, não foi, de modo algum, o ponto final de todo este processo e a prova é que ele vai continuar! Aliás, as notícias vindas ontem a lume dão relevo à visita do Sr. Primeiro-Ministro aos Estados Unidos, onde, com o Presidente Reagan, irá também falar destes assuntos. Portanto, em qualquer momento, se sentirmos que o acordo não está a ser cumprido, podemos revê-lo. O que não queremos é, entre países amigos e aliados, provocar um clima de certa hostilidade para a continuação das negociações.

Na defesa dos interesses do Estado Português, penso que devemos travar um diálogo aberto entre países amigos e aliados, sem haver necessidade de nos tornarmos crespados perante essas negociações, e sabermos apreciar o momento oportuno, se ele chegar, para solicitarmos a revisão do acordo. As negociações não estão fechadas, elas continuam.

Ao dizer-lhe isto, creio que estou, implicitamente, a responder à primeira série de perguntas que me fez e, sem aceitarmos as condições americanas, não posso responder-lhe às perguntas subsequentes.

Penso que o esclareci nos pontos principais.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

O Sr. Ricardo Barros (PS): — Sr. Ministro da Defesa Nacional, ficámos a saber que, de facto, nada está definido.

Como qualquer cidadão deste país, ao ler o *Didírio de Notícias* — e refiro apenas um jornal do dia 4 de Fevereiro —, fiquei com a sensação de que tudo estava solucionado; de resto, o título é elucidativo nesse aspecto: «Solução para diferendo com os Estados Unidos, à margem de negociações formais».

Em relação ao que o Sr. Ministro disse, gostaria de fazer um pequeno reparo. O Sr. Ministro disse que o Congresso dos Estados Unidos teria feito reduções de verbas. Gostaria de chamar-lhe a atenção para o seguinte: o Congresso dos Estados Unidos reduziu, de facto, as verbas globais de ajuda externa, mas não reduziu especificamente as verbas para Portugal. Foi o próprio Governo dos Estados Unidos que, de moto próprio, fez a redução, violando o acordo que tinha connosco. Espero que agora essa situação se resolva com a visita do Sr. Primeiro-Ministro aos Estados Unidos!

Quanto aos «melhores esforços» que referiu e que era uma cláusula do acordo de 1969, lembro que, exactamente para que tivéssemos uma situação mais favorável do que a do acordo de 1983, foi imposta pela nossa delegação a cláusula de salvaguarda que nos dá a possibilidade de, a partir de 4 de Fevereiro — bem sei que é a partir dessa data! — revermos o acordo. Esperamos que isso se vá processar dessa forma, utilizando os mecanismos que o acordo prevê!

Finalmente, penso que a maior parte das questões que coloquei ao Sr. Ministro não foi respondida, tendo em conta que nada está definido. Estamos preocupados com a situação criada à Região Autónoma dos Açores, que verá significativamente reduzidas as verbas — e lembro que o orçamento regional foi aprovado tendo em conta que a ajuda seria de 40 milhões de dólares —, assim como quanto à Lei de Programação Militar, que, como o Sr. Ministro sabe, está bastante condicionada por isto.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não queria deixar de esclarecer a Câmara sobre as verbas que o Governo aprovou, dentro das disponibilidades que o Congresso dos Estados Unidos lhe facultou. São 2 500 000 dólares para compras de material militar, 80 milhões de dólares para o Programa de Assistência Militar, 2 550 000 dólares para treino e educação militar nos Estados Unidos, e 32 milhões de dólares para o Fundo de Suporte Económico. Estas foram as verbas propostas e de que o Secretário de Estado da Defesa dos EUA nos deu conhecimento.

Sr. Deputado, há pouco li quais são as condições a que temos de nos sujeitar neste acordo.

No seu programa de ajuda externa o Congresso Americano tem verbas consignadas e tem uma verba livre que está à disposição do Governo, como o Sr. Deputado sabe. Mas V. Ex.^a saberá também, porque é público, que essa verba foi extraordinariamente reduzida no seu total este ano.

Da verba reduzida que ficou, e percentualmente a este residual, Portugal teve uma quota-partes muito maior do que nos anos anteriores, mas como se partiu de uma base baixa, naturalmente estes valores são baixos.

Nós não podemos começar por fazer qualquer espécie de reclamação nem ao Congresso nem ao Governo em face do Tratado. Podemos é achar que esta verba não corresponde aos melhores esforços do Governo Americano. Isso será com certeza um motivo para, eventualmente — visto que ainda estamos a negociar —, podermos abrir negociações formais sobre o Tratado.

Como comentário final, penso que teremos necessidade oportunamente de começar a rever até o Tratado de 1951 e tudo o que lhe é subsequente. Está antiquado e por isso há necessidade de concretizar a sua revisão. Pensamos nisso seriamente.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Ministro da Defesa, antes de mais quero pedir-lhe desculpa pelo facto de a pergunta que lhe é dirigida ter sido indevidamente dirigida por escrito ao Ministro das Finanças. O erro foi detectado a tempo, e pelo facto pedimos desculpas.

Como todos sabemos, a República Federal da Alemanha, ao abrigo de um acordo que assinou com o Estado Português, utiliza para treino dos seus aviões *Alfa Jet* a Base Aérea n.º 11, de Beja.

Sabemos também que o acordo expira no início do próximo Verão, e é natural que, neste momento, se esteja a proceder a negociações entre os dois Estados com vista à sua renegociação.

Por outro lado, todos nós temos conhecimento de que vários aspectos desta questão têm vindo a ser levantados ao longo dos últimos meses. Refiro-me concretamente à questão da vinda ou não dos *F/6* para a Base de Beja; à questão do apoio que deve ou não ser dado à população civil pelos helicópteros alemães no que respeita ao seu transporte para o hospital, em missão de socorro, questões que os militares portugueses têm levantado no sentido de que deve ser Portugal a controlar o tráfego aéreo naquela região, e não os alemães. Enfim, um sem-número de questões, alguns incidentes pessoais e divulgação de algumas opiniões de parte a parte. Mas o que é facto é que neste momento, a escassos meses do fim do contrato, não estamos devidamente informados, nem nós, os deputados — ainda que o tenhamos tentado —, nem o povo português em geral, sobre o andamento das negociações e sobre quais são, de facto, as novas exigências que o Estado Alemão nos faz com vista à assinatura de novo contrato.

Nessa medida, dirijo ao Sr. Ministro da Defesa a seguinte pergunta: em que situação se encontram as negociações sobre a Base de Beja e que novas exigências foram feitas pela parte alemã?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado Herculano Pombo, as negociações sobre as facilidades concedidas ao Governo Alemão para utilização da Base de Beja são feitas a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Estado para Estado.

Estão constituídas duas comissões, uma presidida pelo Sr. Embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal e outra presidida pelo embaixador nomeado pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Podia esquivar-me à sua pergunta dizendo que ela deve ser dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e não ao Ministro da Defesa, mas, como tenho dois representantes nessa comissão, posso responder-lhe, porque vou sendo informado do andamento dos trabalhos.

As duas comissões que estão constituídas ainda não começaram as negociações.

No entanto, posso adiantar-lhe — se isso tranquiliza o seu espírito — que é intenção do Governo Português manter as actuais condições de utilização da Base de Beja. Não mais utilização para qualquer fim, apenas a utilização que actualmente é feita para treino de aviões, como sabe.

Naturalmente uma utilização deste género não tem nada a ver com os *F16* que referiu. Pensei que depois das declarações formais que tem havido a esse respeito já estivéssemos, hoje, talvez na história dos *F111*, porque a dos *F16* já passou. Podemos começar agora a história dos *F111*, para alimentar certa informação!...

O Sr. João Salgado (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto a helicópteros e sua utilização, será bom para a população daquela região que os helicópteros possam ser utilizados para transporte de feridos ou qualquer outro em caso de acidente. Devo esclarecer que só uma vez é que a utilização de um helicóptero para transporte de um rapaz para Lisboa se fez sem consentimento do director português da Base. Como sabe, todo o voo que se faça a partir daquela Base tem de ser do conhecimento prévio do director. Dessa vez isso não foi feito porque era extraordinariamente urgente, era um rapaz que se arriscava a ficar sem um braço, e não houve tempo para consultar o director português do Aeroporto. Fez-se o transporte sem essa autorização, mas com um sentido humanitário muito preciso.

Houve uma certa exploração a respeito desse assunto, mesmo dentro do Ministério da Defesa, a que não dei qualquer cobertura, face à missão muito específica de que se revestiu.

Sr. Deputado, da parte do Governo da República Federal da Alemanha não conhecemos, até ao momento, qualquer tipo de exigência.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Ministro, muito obrigado pela sua resposta. De qualquer modo, o meu espírito não fica tranquilo enquanto o Governo Português persistir em dizer que os *F16* não

vêm, mas, por outro lado, sabemos que vêm aviões que são igualmente perigosos, pelo facto de de vez em quando nos caírem em cima. Têm um tal grau de utilização, são tão antiguados, que de vez em quando caem em cima dos cidadãos, matando quem vem dentro e quem está fora. Portanto, o meu espírito jamais estará tranquilo enquanto vocês — não digo o Governo Português, digo os militaristas em geral — andarem a brincar aos jogos de guerra. Isso preocupa-me e preocupa-me sempre.

De qualquer modo, gostaria de dizer que, tanto quanto sabemos — e o que sabemos é, infelizmente, através da imprensa e por diversas vezes eu próprio ter posto a questão dos *F16* —, a informação de que eles muito provavelmente iriam para Itália tive de a obter em Espanha de um membro responsável do Governo, que me disse: «Esteja o Sr. Deputado descansado porque o mais provável é que o seu governo não tenha poder negocial para atrair os *F16* para o seu país, em virtude do interesse que os Italianos têm manifestado.»

Para mim ficou muito claro e fiquei um pouco mais descansado, não tanto por saber das intenções do Governo, mas por reconhecer que, face ao poder negocial dos Italianos, não teríamos grandes hipóteses. Aí fiquei mais descansado!

O Sr. João Salgado (PSD): — Devia elogiar o Governo Português!

O Orador: — Quanto à referência de que é intenção do Governo manter as actuais condições, devo dizer que, nessas circunstâncias, o tecto de voo dos *Alfa Jet* é, a meu ver, extremamente baixo. Todos nós sabemos que na República Federal da Alemanha tanto os níveis de ruído permitidos como o tecto de voo são bastante mais elevados do que aqueles que são permitidos em Portugal.

Sabemos também o poder que tem a opinião pública na Alemanha para evitar que aí se façam treinos de aviões em voo rasante, que se faça o treino de helicópteros, que é exactamente isso, e tanto quanto julgo saber, que virá a ser uma das exigências do Governo Alemão para que se faça treino de helicópteros sobre o território circundante à Base de Beja. Sabemos também que o acordo inclui facilidades de utilização em diversos campos e carreiras de tiro, nomeadamente no campo de tiro de Alcochete, e lá voltamos nós ao mesmo, ...

Protestos do PSD.

... para lamentar que depois de vários meses de ter dirigido requerimentos ao Ministério da Defesa e a outros ministérios, nomeadamente à Secretaria de Estado do Ambiente, querendo saber do andamento dos trabalhos no campo de tiro e da sua rentabilidade, e, depois de ter insistido, mantenho-me até hoje à espera de qualquer resposta.

Srs. Deputados, é claro para mim que temos o dever de perguntar e o direito de sermos informados. É, portanto, dever do Governo informar os deputados e a população, muito mais quando usamos para isso os nossos privilégios ao abrigo daquilo que está constitucional e regimentalmente estabelecido. Quanto a isto não tenho dúvidas! Aguardo desde Agosto resposta aos requerimentos.

O Sr. João Salgado (PSD): — O Sr. Ministro já respondeu na última reunião da Comissão!

O Orador: — O Sr. Ministro não respondeu, Sr. Deputado. Eu tenho requerimentos à espera de resposta.

O Sr. João Salgado (PSD): — Não foi à reunião!

O Orador: — Fui.

O Sr. João Salgado (PSD): — Isso está farto de ser explicado!

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar, uma vez que, dentro do meu tempo, sofri algumas intervenções «subterrâneas» por parte da bancada do PSD, a que tive todo o prazer em responder.

Risos do PSD.

Vou terminar a minha interpelação ao Sr. Ministro da Defesa dizendo que, tanto quanto sabemos através da imprensa, são várias as exigências da República Federal da Alemanha no que toca à utilização da Base Aérea n.º 11 e de diversas carreiras de tiro, nomeadamente do Campo de Tiro de Alcochete.

Era exactamente sobre estas exigências que eu queria ter uma resposta, isto é, se, de facto, elas foram ou não manifestadas. É porque, do nosso ponto de vista, não é admissível que em Portugal se dêem facilidades, seja a que potência estrangeira for, facilidades de que essas mesmas potências não dispõem no seu próprio território.

O Sr. Presidente: — Queira abreviar, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, penso que isto devia ser a regra de ouro. Aquilo que não é permitido fazer aos Americanos, aos Soviéticos, aos Alemães e aos Espanhóis no seu território não deve sequer ser permitido que nos peçam que os deixemos fazer no nosso território.

O nosso povo é tão sagrado como os outros povos do Mundo, por isso tem direito à paz, à protecção, e não está para ser submetido a níveis de ruído elevadíssimos e à insegurança.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado Herculano Pombo, admiro a sua capacidade funcional ...

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Muito obrigado!

O Orador: — ... porque até em questões aéreas, parece-me, está bem fundamentado. Parecia estar sob os «tectos de voo»!...

Risos do PSD.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Como «pombo» que sou, é minha obrigação!

O Orador: — Em relação aos F16 é curioso notar que agora se parece querer voltar o feitiço contra o feiticeiro. Até aqui, contestava-se a eventual presença dos F16 em Portugal. Agora, o Sr. Deputado diz que não tivemos poder negocial para atrair esses aviões para Portugal, porque a Itália tem mais poder negocial.

Aplausos do PSD.

É bom notar isso!

Sr. Deputado, quanto ao treino dos helicópteros — deve estar informado pelo mesmos canais que eu, com certeza que não teve outra fonte de informação, eu também vi essa notícia nos jornais —, nós não orientámos o sentido do nosso acordo com a República Federal da Alemanha por aquilo que dizem os jornais mas esperámos notas oficiais para depois nos pronunciarmos.

Quanto à questão do Campo de Tiro de Alcochete, devo dizer que já tive ocasião de dar esclarecimentos tanto no Parlamento como na Comissão Parlamentar de Defesa, onde os Srs. Deputados me colocaram perguntas sobre essa matéria. O que lastimo é que o Sr. Deputado, pertencendo a essa Comissão, não tivesse estado presente, pois podia ter obtido essas respostas.

No entanto, posso responder a esses requerimentos que dirigiu ao Ministério da Defesa e para os quais não obteve resposta.

O Campo de Tiro de Alcochete existe, neste momento, está a ser ampliado e continuará a sê-lo.

Penso, Sr. Deputado, que fui claro na resposta.

Atendendo ao impacte social, ambiental e económico que aquele campo de tiro pode provocar no local onde se encontra, devo dizer-lhe que está neste momento nomeada pelo Ministério do Planeamento e pelo Ministério da Defesa Nacional uma comissão a fim de estudar uma alternativa, a médio prazo, para esse campo de tiro.

Distinguindo entre a utilização do Campo de Tiro de Alcochete para exercício de munições e de armamentos produzidos em Portugal da utilização desse campo para exercício militares, penso que a sua existência para experimentação de munições e equipamentos fabricados em Portugal continuará na dimensão adequada e que iremos procurar uma solução em região mais desertaficada para campo de tiro de exercícios militares. É isto o que se efectua, neste momento. Mas, Srs. Deputados, volto a frisar que o Campo de Tiro de Alcochete existe, está a ser ampliado e continuará a ser até se obterem os resultados dessa comissão.

Sr. Deputado, o assunto é muito claro, não há nada encoberto. Tenho dito na Comissão Parlamentar de Defesa que todos os assuntos de defesa são tratados com muita clareza e transparência. Se o Sr. Deputado não obteve a resposta até aqui, tem-na agora no sítio adequado e perante todos os Srs. Deputados.

Aplausos do PSD.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Herculano Pombo pede a palavra para que efeito?

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, é para protestar, porque penso que, apesar da simpatia que o Sr. Ministro...

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas gostaria que me dissesse ao abrigo de que artigo do Regimento V. Ex.^a pretende usar da palavra.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, não sei qual é o artigo, mas sinto-me ofendido...

O Sr. Presidente: — É que não há, Sr. Deputado...

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas sinto-me ofendido naquilo que é a minha honra e a minha normalidade.

Sr. Presidente, o que estou a requerer é que me seja concedido o direito de defesa, porque sinto que algumas das declarações aqui feitas pelo Sr. Ministro me atingem na minha honorabilidade. Portanto, penso que, regimentalmente, me assiste o direito de protestar.

O Sr. Presidente: — Para protestar, não tem direito. Para defesa da honra tem sido utilizado esse direito, às vezes mal.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Prometo utilizar bem, Sr. Presidente. Juro que utilizarei o melhor que for capaz.

Risos.

O Sr. Presidente: — Utilize bem e seja breve, Sr. Deputado.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — De facto, penso que, apesar, da simpatia que o Sr. Ministro da Defesa disse que manifestava, não lhe assiste o direito de criticar a minha ausência numa determinada reunião da Comissão Parlamentar de Defesa...

O Sr. João Salgado (PSD): — Não criticou, disse só!

O Orador: — ... porque, como é sabido nesta Casa, tenho, nas comissões em que participo — e são várias —, assumido com agrado e empenhamento a minha tarefa.

No exacto momento em que reuniu a Comissão de Defesa, a que o Sr. Ministro fez referência, eu estava com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros na Comissão de Timor Leste.

Por outro lado, penso que era dever do Sr. Ministro, em vez de criticar a minha ausência, cujas razões não sabia — agora passou a saber —, ter respondido ao requerimento, porque é essa a figura regimental e constitucionalmente prevista para que os deputados obtenham as suas respostas.

Portanto, o que espero é que seja respondido ao meu requerimento, para que fique com a resposta a que tenho direito e para que tudo fique claro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional: — Ó Sr. Deputado Herculano Pombo, não critiquei a sua ausência, apenas a constatei, nada mais! Creio que é a verdade! Não comentei se essa ausência era neste ou naquele sentido!

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Para isso há um livro de presenças, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Meneses.

O Sr. Luís Filipe Meneses (PSD): — Sr. Presidente, aguardo que se faça silêncio na Câmara a fim de formular a pergunta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ocupem os vossos lugares e permitam que se criem as condições para podermos prosseguir o nosso trabalho.

Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Filipe Meneses.

O Sr. Luís Filipe Meneses (PSD): — A Sr.^a Ministra da Saúde anunciou em conferência de imprensa que o Governo tinha encorajado um anteprojecto de urbanização para os terrenos hoje ocupados pelo Hospital de Júlio de Matos, visando a sua posterior alienação.

Nessa conferência de imprensa, a Sr.^a Ministra explicou que a desactivação do Hospital de Júlio de Matos se inseria na implementação de uma nova política mental, actualizada de acordo com estudos técnicos recentes.

Foi ainda anunciado que o Ministério da Saúde tinha intenção de criar, em tempo útil, as soluções alternativas adequadas à defesa dos direitos dos doentes e dos profissionais que lá exercem as suas actividades.

Também a Sr.^a Ministra afirmou que os recursos assim obtidos se destinavam à criação de centros de saúde mental, ao apetrechamento dos serviços de psiquiatria dos hospitais centrais e distritais da área da Grande Lisboa, bem como ao alojamento e reapetrechamento de vários hospitais de nível 1.

Nós, PSD, estamos globalmente de acordo com o projecto apresentado por V. Ex.^a, porque não pomos em causa o princípio de alienação de um bem patrimonial do Estado, desde que certas condições sejam acauteladas, e admiramo-nos de que alguns sectores da oposição que concordaram que este princípio fosse aplicado noutras áreas governativas, venham agora criticá-lo.

Também concordamos com a dificuldade de conciliar o actual Hospital de Júlio de Matos com soluções modernas e actuais no ramo da saúde mental.

Achamos este processo correcto e transparente e felicitamos o Governo pela imaginação e coragem políticas evidenciadas, mas não ignoramos as críticas que vêm sendo formuladas, embora as consideremos infundamentadas. Estas são na generalidade baseadas em pareceres técnicos e científicos desactualizados — alguns com mais de dez anos — e suscitadas pela metodologia utilizada pelo Ministério da Saúde na prossecução deste seu objectivo.

Gostaríamos que a Sr.^a Ministra da Saúde — porque nós, maioria do PSD no Parlamento e no Governo, não devemos nem tememos, porque representamos os

interesses dos Portugueses — explicasse aqui, nesta câmara e através dela ao País, toda esta situação, abordando sequencialmente os seguintes pontos: por que razões e com base em que estudos ou pareceres técnicos o Governo se sente autorizado a avançar para a alienação do Hospital de Júlio de Matos?

Como se desenrolou o processo que conduziu à obtenção do anteprojecto urbanístico e quais os passos subsequentes que culminarão na alienação da área em causa?

Onde e com que critérios pretende o Governo utilizar os meios obtidos com essa alienação?

E finalmente, Sr.ª Ministra, não acha que existe uma excessiva coincidência temporal entre a campanha contra este projecto do Ministério da Saúde e as notícias alarmistas e irresponsáveis veiculadas pelo já demitido presidente do Instituto Nacional de Sangue?

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, para além da pergunta colocada pelo Partido Social-Democrata sobre esta questão, há duas perguntas semelhantes, uma do Partido Socialista e outra do Partido Renovador Democrático.

A sugestão que fazemos, em ordem a favorecer o debate, é a de que a Sr.ª Ministra responda no final às três perguntas simultaneamente, caso, evidentemente, os partidos que perguntam estejam de acordo.

O Sr. Presidente: — A sugestão do Sr. Ministro será aceite, caso os Srs. Deputados Ferraz de Abreu e Isabel Espada estejam de acordo em que se formulem, em primeiro lugar, o conjunto das perguntas e se obtenha, em seguida, uma resposta conjunta. Gostaria de saber, Sr. Deputado Ferraz de Abreu, qual é a sua opinião.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, não queria que a minha pergunta fosse misturada com a pergunta do Sr. Deputado do PSD, embora tenha compreendido perfeitamente a razão por que o Governo escolheu perguntas sobre o mesmo assunto e fez antecipar das nossas a do PSD.

O Sr. Presidente: — Gostaria de saber qual é a opinião da Sr.ª Deputada Isabel Espada.

A Sr.ª Isabel Espada (PRD): — Sr. Presidente, preferímos que a nossa pergunta fosse respondida individualmente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o assunto está ultrapassado, mas insisto em que a nossa intenção era exclusivamente enriquecer o debate, pelo que repudiamos a insinuação do Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

De resto, como é normal, o próprio Partido Social-Democrata em relação a outro tipo de pergunta está ausente do «pacote», se me permite a expressão. Por outras palavras, mais adiante serão postas ao Governo questões similares e o Partido Social-Democrata não perguntou sobre elas.

Apenas ocasionalmente pôs uma questão sobre esta matéria, mas, por exemplo, sobre os institutos superiores de contabilidade e administração, e sobre a questão EDP/Câmara Municipal do Porto, o Partido Social-Democrata não perguntou, pelo que não tem nenhuma pertinência a insinuação que o Sr. Deputado Ferraz de Abreu acaba de fazer.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — É a sua opinião, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Para responder à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Luís Filipe Meneses, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª Ministra da Saúde: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Tive ocasião de dizer há algumas semanas, em conferência de imprensa, que o projecto de alienação do Hospital de Júlio de Matos corresponde a uma nova política de rentabilização do património posto à disposição do Ministério da Saúde e que correspondia também a levar a sério uma política de saúde mental que deixe de assentear nos velhos hospitais asilares, tal como têm sido chamados por todos os peritos sobre esta questão e que se têm pronunciado sobre estas instituições, no âmbito da nossa saúde mental.

Nessa conferência de imprensa até distribuí um documento com as linhas fundamentais daquilo que o Ministério da Saúde se propunha fazer, mas parece que esse documento tem sido largamente esquecido. Talvez ele explicasse muitas das questões que têm vindo a ser suscitadas, nomeadamente pela imprensa!...

Por que é que se avança para uma solução deste tipo?

Em primeiro lugar, preciso de explicar em que é que consiste esta política de rentabilização do património.

O Estado tem por vezes equipamentos colocados em lugares extremamente valiosos, equipamentos que já não são considerados imprescindíveis tal como se encontram.

É totalmente legítimo e conveniente, em termos de gestão do património, que, quando isso for possível, troque esses terrenos, onde esses equipamentos estão implantados, pela edificação de outros equipamentos, de um ou mais equipamentos, consoante os casos, que substituam com vantagem aqueles que são, por essa via, alienados.

É este o princípio que preside, se for por diante, como espero, a alienação do terreno do Hospital de Júlio de Matos e presidirá eventualmente à alienação de outros terrenos onde outros equipamentos estão implantados.

Que estudos permitem ao Ministério da Saúde avançar neste caminho, no que respeita concretamente ao Hospital de Júlio de Matos?

Pois, Srs. Deputados, existem estudos no Ministério da Saúde que já datam de há alguns anos, e que são até anteriores à minha responsabilidade pelo Ministério. Existe um estudo de planeamento da área metro-

politana de Lisboa de 1983 e um programa de actuação a cinco anos em matéria de saúde mental, aprovado em 1985 pelo meu antecessor no Ministério da Saúde, que apontam claramente para uma política de saúde mental que deixe de assentar nos grandes hospitais psiquiátricos e que já está em curso.

Existem neste momento seis grandes hospitais psiquiátricos em Portugal, em Lisboa, Porto e Coimbra, e no resto do País existem dezanove centros de saúde mental. Essa política vai no sentido da implantação progressiva de centros de saúde mental mais pequenos — estou a referir-me aos hospitais psiquiátricos —, servindo faixas mais pequenas de população e em que seja possível uma unidade de seguimento do doente mental pelos técnicos de saúde.

Essa política assenta também naturalmente na manutenção de serviços de internamento para agudos nos hospitais distritais e lembro que os concursos recentemente abertos para os Hospitais de Almada e da Amadora/Sintra contêm camas de psiquiatria, justamente no seguimento desta política.

Essa política assenta ainda na manutenção, onde isso é necessário, de lugares para doentes crónicos, que, como sabem, são em grande parte o tipo de doentes que ocupam os tais grandes hospitais psiquiátricos que existem hoje em Portugal.

Mas aponta claramente no sentido da eliminação da política que assenta no internamento mais ou menos sistemático — que assentava, porque esse internamento tem vindo a diminuir — de doentes psiquiátricos. Aliás, isso até está dito com bastante clareza no estudo de planeamento da área metropolitana de Lisboa em matéria de saúde mental de 1983, onde se diz que, enquanto isso não puder ser substituído, poderão manter-se no Hospital de Júlio de Matos e no Hospital de Miguel Bombarda os internamentos de doentes crónicos da área metropolitana de Lisboa.

Como é que foi obtido o anteprojecto?

Também já tive ocasião de dizer isso. O Ministério da Saúde pediu a três entidades estudos de urbanização e anteprojetos em relação à zona do Hospital de Júlio de Matos, mas nem sequer era necessária uma consulta nos termos da lei, porque em relação a situações deste tipo o decreto-lei que regula a compra de bens e serviços pelo Estado permite que não se proceda nem a concurso público nem a consulta não pública, ou seja, a apenas algumas entidades.

No entanto, o Ministério preferiu proceder desta maneira, mas, atenção, porque para o Ministério é extremamente importante o bom êxito de toda a alienação programada.

Para que seja possível obter a alienação daquele terreno nas melhores condições é necessário que o anteprojecto exista, porque o terreno torna-se mais valioso nessas condições, contribuindo, desse modo, para a valorização daquilo que o Ministério da Saúde pretende alienar.

O que é que vai ser feito em troca do Hospital de Júlio de Matos?

Já o disse: parte vai ser utilizada na implementação do projecto de saúde mental da área metropolitana de Lisboa e outra parte vai ser utilizada para ampliar e reconstruir hospitais de nível 1 espalhados por todo o país que estão em péssimas condições e de que posso dar alguns exemplos aos Srs. Deputados. Por exemplo, daqueles por onde vamos começar: Amarante, Santiago

do Cacém, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Tondela, Alcobaça, Valongo. São estes alguns dos hospitais que espero poder ampliar e reconstruir com aquilo que vai resultar da alienação do terreno do Hospital de Júlio de Matos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Pedia ao Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia Nunes de Almeida para me substituir dentro de alguns momentos. Entretanto, para formular uma pergunta oral, tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra a Saúde: A «saúde» vai mal. Acentuam-se as carências, ouvem-se protestos um pouco por toda a parte e reina a desestabilização e a insegurança entre os próprios trabalhadores da saúde.

Mas hoje ocupar-nos-emos aqui apenas de dois problemas que têm sido motivo de frequentes e preocupantes notícias na imprensa.

O primeiro refere-se ao Hospital de São Francisco Xavier. Este hospital, que veio pôr em causa e atrasar o plano hospitalar da área metropolitana de Lisboa, que V. Ex.^a encontrou pronto para entrar em imediata execução quando chegou ao seu Ministério e tem sido, no dizer de um esclarecido jornalista, «cenário de situações kafkianas e de negocismos não esclarecidos».

Efectivamente, a forma como decorreu a sua aquisição, adjudicação, execução de obras de adaptação e compra do seu equipamento, os critérios usados no recrutamento do seu pessoal e nas nomeações e demissões sucessivas dos seus gestores, os gastos com uma publicidade discutível e precipitada, a ridícula encenação da inauguração fantasma de Abril, etc., etc., tiveram com certeza repercussões gravosas nos seus custos, têm levantado suspeitas e têm constituído um folhetim ainda não concluído, motivo de estupefacção dos cidadãos que se interrogam e exigem explicações.

Sobretudo as repetidas notícias sobre a existência de irregularidades, de corrupção, nomeadamente na aquisição dos equipamentos, envolvendo nomes de altos responsáveis do seu Ministério, exigem de V. Ex.^a uma explicação sem ambiguidades, que torne tudo transparente.

Não pode V. Ex.^a remeter-se ao silêncio depois de um discreto anúncio de um vago inquérito em simultâneo com a absolvuição de um dos principais intervenientes (e aqui, Sr.^a Ministra, felicitamo-la por ter sido precursora e talvez inspiradora do Sr. Ministro das Finanças...).

Risos do PS.

Que factos chegaram ao seu conhecimento para ordenar tal inquérito? E o que foi já apurado, Sr.^a Ministra? Houve ou não irregularidades? Quais os verdadeiros custos do Hospital e qual o agravamento resultante do improviso, da má gestão e das possíveis irregularidades denunciadas? Foram as comissões administrativas demitidas por envolvimentos naquelas irregularidades ou por se terem oposto às mesmas? E, já agora, que comentários merece de V. Ex.^a o facto de estes gestores terem sido por si escolhidos, em consonância, aliás, com a sua filosofia de gestão hospitalar?

Como o Sr. Presidente pode achar que fiz muitas perguntas, contrariando o Regimento, resumiria todas estas numa só: o que vai mal no reino do Hospital de São Francisco Xavier?

O segundo problema diz respeito aos hospitais psiquiátricos.

Sabemos, de facto, que os actuais hospitais psiquiátricos estão ultrapassados e exigem uma reestruturação de acordo com as modernas terapêuticas e conceitos psiquiátricos.

Mas, Sr.ª Ministra, tem V. Ex.^a um plano para essa reestruturação? Estão prontos os projectos dos novos e indispensáveis hospitais e centros de saúde mental, definidos os seus objectivos e escolhidos e adquiridos os locais para a sua implantação?

Foi encarada a hipótese de recuperação do Hospital de Júlio de Matos? Foram ouvidos na elaboração do citado plano os seus gestores e os responsáveis pela Direcção dos Serviços de Saúde Mental? E quais as datas em que estarão concluídas as várias etapas desse plano e como se processará em relação a elas a transferência dos vários serviços existentes no Júlio de Matos?

Desejamos ser esclarecidos, Sr.ª Ministra, porque se não há tal plano, se não são ainda conhecidas as datas da sua concretização, então o anúncio por V. Ex.^a da próxima venda do Hospital de Júlio de Matos terá de ser, no mínimo, classificado de irresponsável e encarado como uma manifestação da sua prática política autoritária, conflituosa e não poucas vezes intempes-tiva.

Aplausos do PSD e protestos do PSD.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — São só considerações pessoais, Sr. Deputado.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia Nunes de Almeida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª Ministra da Saúde: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não posso deixar de manifestar o meu profundo repúdio pelo hábito que vêm ganhando alguns Srs. Deputados de partidos da oposição de fazerem insinuações não fundamentadas em relação à actuação de membros do Governo.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Ferraz de Abreu: este processo da alienação do terreno do Hospital de Júlio de Matos tem vindo a criar uma convicção na minha pessoa que tem alguma piada e que por isso me permito aqui referir.

Até há algum tempo atrás, os Srs. Deputados, os jornais, enfim, toda a gente dizia que os serviços de saúde eram péssimos e o Sr. Deputado ainda agora se fez eco disso, no início da sua intervenção: que a saúde vai mal, que está tudo mal, que as coisas correm todas mal!

E vinha sendo hábito acusar concretamente determinadas unidades de saúde de funcionarem muito mal. De repente, quando se pôs o problema de alguns terrenos serem alienados, essas unidades de saúde passaram a funcionar muito bem!

Pergunto-me se o caminho para me livrar de ter de estar sempre a ouvir muitas coisas — algumas delas com razão, porque fui a primeira e fui sempre a primeira a dizer que muita coisa vai mal no domínio da saúde —, não será o de começar a dizer que algumas coisas podem eventualmente ser alienadas.

Olhe, se quiser um exemplo muito simples, em Setembro do ano passado o *Diário Popular* publicava uma reportagem sobre o Hospital de Júlio de Matos — que, de facto, contém coisas inacreditáveis —, sobre o que se estaria lá a passar. Nessa altura, não vi os Srs. Deputados indignarem-se com o que então foi dito, assim como os jornais também não o fizeram.

Só eu é que me indignei, suponho. Aliás, pedi imediatamente explicações à Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários sobre o que ali estava denunciado.

Hoje, li num semanário que no Hospital de Júlio de Matos corre tudo bem, que é um lugar excelente para os doentes mentais, onde eles são muito bem tratados, estão muito bem vestidos e têm muitas ocupações.

De facto, por este caminho talvez se tenha encontrado uma maneira de passarmos a ser optimistas. Há algum tempo atrás dizia-se que os investimentos em saúde são escassos nas unidades de saúde; agora, de repente, quando se falou que alguns hospitais podiam ser alienados, passou a dizer-se que se fizeram imensos investimentos nos últimos anos nesses hospitais!

De facto, talvez seja uma maneira de se começar a olhar de outro modo para as coisas.

Quanto ao Hospital de São Francisco Xavier, Sr. Deputado, os jornais dizem muitas coisas, VV. Ex.^{as} também dizem muitas, mas por que é os cidadãos insistem em ir ao Hospital de São Francisco Xavier e gostam da maneira como lá são tratados?

Aplausos do PSD.

Por que é que a frequência desse Hospital tem vindo a subir e de tal maneira que, neste momento, nos preocupamos por, eventualmente, começar a ser excessiva em relação àquilo que o Hospital pode prestar?

Por que é que o nível de satisfação revelado pelos utentes é muito superior àquele que, infelizmente, ainda existe nas outras unidades de saúde de Lisboa?

Por que é que o número, repito, de doentes que nomeadamente se têm dirigido aos Serviços de Urgência do Hospital tem vindo a aumentar sistematicamente e atingiu no mês de Janeiro de 1988 a média de 347,5 doentes por dia?

Vozes do PCP: — E nos outros hospitais?

A Oradora: — Nos outros tem diminuído, Srs. Deputados. Estejam sossegados! Aliás, acontece que entre aqueles que têm vindo a acorrer ao Hospital de São Francisco Xavier se encontram muitas pessoas que não são da área de influência desse Hospital, isto é, pessoas que não deveriam lá ir, mas que se dirigem lá porque, se calhar, se aperceberam de que ele funciona um pouco melhor do que os outros hospitais.

Em face disso, talvez sugerisse que começássemos a olhar mais para os utentes dos serviços de saúde e para o julgamento que eles próprios fazem daquilo que é posto à sua disposição do que para as nossas ideias sobre tanta coisa!

E depois há outra coisa, Sr. Deputado. Insinuou que o Hospital de São Francisco Xavier foi montado de muitas maneiras, mais ou menos obscuras. Aliás, li hoje um jornal semanário que também insinua que alguém, que não as pessoas do Hospital, terá escolhido o equipamento. Sr. Deputado, já aqui disse isso uma vez e repito: o Hospital de São Francisco Xavier é talvez o primeiro caso em que o equipamento foi minuciosamente seleccionado pelos médicos directores de serviço do Hospital.

Desde o princípio que os médicos, futuros directores de serviço de então, daquele Hospital foram associados à compra do equipamento, foram eles que disseram o que é que era preciso e foram eles que seleccionaram minuciosamente tudo o que lá está. Talvez por isso fosse útil que quem diz que vai tudo tão mal perguntassem aos médicos directores de serviço do Hospital de São Francisco Xavier se têm grandes razões de queixa pela forma como eles próprios lá são tratados e pela forma como lá têm condições de trabalho, porque então talvez se deixassem de dizer muitas coisas sobre tudo isto.

Sobre a questão do Hospital de Júlio de Matos, já tive ocasião de dizer a maior parte das coisas, Sr. Deputado. Quanto a prazos e a essas minúcias todas, que o Sr. Deputado quer que eu diga já, há tempo certamente para que certas coisas sejam anunciamadas.

Tive ocasião de dizer na conferência de imprensa que é por concurso público que vai ser feita a adjudicação daquele terreno, que vai ser entregue aquele terreno para alguém fazer, em troca, obras no benefício dos cidadãos, para que melhore a prestação de cuidados de saúde.

É por concurso público que isso vai acontecer e no momento da abertura do concurso público serão minuciosamente, como é óbvio, ditas quais são as condições e será pedido à empresa que vier a ficar com o Hospital e aquelas que vão concorrer para esse efeito que digam até onde é que vão na realização das obras que nos interessem. Obviamente faremos a adjudicação à empresa que nos garanta que vai fazer mais obras em benefício dos cidadãos.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência do Sr. Presidente da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr.ª Ministra, V. Ex.ª acaba de me desiludir por completo.

Risos do PSD.

Não se riam Srs. Deputados. Estou a tratar deste assunto com seriedade, não venho para aqui fazer chacota acerca de coisas sérias.

V. Ex.ª não respondeu a nada do que lhe perguntei. V. Ex.ª falou em insinuações terríveis, mas eu não fiz insinuações; aquilo que perguntei a V. Ex.ª foi quais os factos que a levaram a ordenar um inquérito no Hospital de São Francisco Xavier.

V. Ex.ª veio fazer uma grande informação sobre o que se passa mal nos hospitais psiquiátricos. Eu não disse que se passava lá bem ou mal, o que disse foi

que os hospitais estavam ultrapassados e que era necessário serem reestruturados de acordo com as terapêuticas modernas e com os novos conceitos da psiquiatria. Esta foi a minha afirmação.

V. Ex.ª não me esteve a responder. Mais uma vez esteve a falar para a publicidade, para a opinião pública, como se estivesse em plena campanha eleitoral.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.ª, Sr.ª Ministra, deixa-me muito preocupado com a saúde dos doentes, dos tais utentes da saúde que V. Ex.ª diz defender, porque a Sr. Ministra não tem qualquer plano — como agora ficou demonstrado — para substituir atempadamente as várias actividades que se processam no Hospital de Júlio de Matos; vai é destruí-lo antes de ter alternativas, e foi isso que hoje ficou demonstrado, V. Ex.ª não referiu aqui um plano, as datas em que o vai concluir, para só depois afirmar categoricamente que retirará de lá os serviços que estão a ser prestados. V. Ex.ª sabe que nos hospitais distritais não há serviços psiquiátricos e que nos centros de saúde mental há apenas asilos de mendicidade para receber os tais doentes que tanto preocupam V. Ex.ª pelas condições de comodidade e de humanidade de tratamento.

Sr.ª Ministra, por uma lado, ficámos devidamente esclarecidos, mas, por outro, fiquei muito desiludido, pois esperava mais da sua resposta e mais seriedade em responder ao que lhe perguntei e não que estivesse a falar lá para fora e para a imprensa, como é seu hábito.

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª Ministra da Saúde: — Passando em claro essa questão, visto que não sei exactamente se foi só para mim que o Sr. Deputado falou quando há momentos fez a pergunta, quero dizer-lhe que não me admiro que os Srs. Deputados dos partidos da oposição estejam desiludidos com a actuação do Governo, pois, de facto, talvez ela não corresponda exactamente àquilo que os senhores desejariam.

Sr. Deputado, quanto à campanha eleitoral, daqui a quatro anos vamos ter tempo outra vez para fazer uma campanha eleitoral e o País vai viver tranquilamente até lá, como porventura não vive há muitos anos entre nós.

O Sr. Deputado fez inúmeras insinuações enquanto falou, e em relação à pergunta a que diz não respondi, sobre o que é que me levou a fazer o inquérito, foram as insinuações que outras fizeram antes de si; é só por causa disso que o inquérito está correcto.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Já sabe a conclusão?

A Oradora: — Não sei a conclusão de coisa nenhuma. Tenhamos calma, pois quando o inquérito chegar a fim os Srs. Deputados conhecerão as conclusões, tal como eu as saberei. Sei, Sr. Deputado — é uma coisa diferente, por que eu era na altura Ministra da Saúde e a história é outra —, como é que as coisas foram feitas no Hospital de São Francisco Xavier.

Em todo o caso, para que não haja dúvidas sobre muitas coisas, mandei que o inquérito fosse feito. Sr. Deputado, tenha paciência, porque sei o que fiz em relação ao Hospital de São Francisco Xavier quando era Ministra da Saúde.

Quanto à questão de dizer que não há um plano, reafirmo que no Ministério da Saúde há planos, eles existem e já lá estavam antes mesmo de eu ter sido Ministra da Saúde. O seu colega de bancada que foi director-geral dos Cuidados de Saúde Primários quando o meu antecessor aprovou o programa de saúde mental há cinco anos sabe muito bem que esse programa existe no Ministério da Saúde.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — O plano a que me refiro não é esse!

A Oradora: — Sr. Deputado, estamos aqui para discutirmos as questões em termos políticos, com certeza não vamos dizer aos Srs. Deputados, com todo o pormenor, onde é que as coisas vão acontecer, neste e naquele sentido.

Srs. Deputados, o que interessa é que lhes diga quais são as soluções fundamentais que estão em curso no Ministério da Saúde e que lhes garanta que é com toda a segurança que as coisas são feitas. Isto não é uma brincadeira qualquer.

Sr. Deputado, agora não me venha pedir que lhe diga em que dia e onde é que vai nascer cada uma das coisas que estão em causa. O que lhe digo é que o Ministério da Saúde tem planos, que existiam até antes de eu ser Ministra da Saúde, em relação e como devem ser prestados os cuidados de saúde mental na área metropolitana de Lisboa. Vamos dar o corpo a esses planos e vamos ter meios para isso. O planeamento de saúde mental na área metropolitana de Lisboa de 1983 — que referi —, ele próprio sugeriu que fosse utilizado o valioso património de saúde mental do Ministério da Saúde para encontrar os meios financeiros para que se pudesse pôr em andamento esse planeamento.

Sr. Deputado, isso está escrito; não percebo muito bem como é que agora é possível ... As coisas não são novas, o que acontece é que no passado ninguém se lembrou de as fazer, pelo menos ninguém conseguiu executá-las, e este governo vai com certeza pô-las a fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferraz de Abreu, pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, não é meu hábito, mas na realidade tenho de defender a minha honra.

Risos do PSD.

Não se riam, os senhores têm o hábito de se rir e já aqui foram acusados de só saber bater palmas, rir-se e fazer barulho. Já foram acusados disso e continuam a fazer o mesmo.

Protestos do PSD.

Sr.^a Ministra, quero defender-me por V. Ex.^a ter afirmado que vim aqui fazer insinuações. Não fiz quaisquer insinuações, Sr.^a Ministra. Não é meu hábito e

não há nada no meu passado que lhe permita fazer essa afirmação a meu respeito. Limitei-me simplesmente a dizer que em toda a imprensa correm notícias sobre irregularidades e sobre o compromisso e o comprometimento de altas figuras do seu Ministério; limitei-me só a dizer isso e sobre o que é que se passa na realidade.

Sr.^a Ministra, o Estado tem de ser um pessoa de bem e tem de parecê-lo, e para isso V. Ex.^a tem de dizer, ao mesmo público que lê esses jornais, que não é verdade por isto, por aquilo, etc. Não chega dizer que não há nada, que está tudo muito bem, que não houve quaisquer irregularidades.

Sr.^a Ministra, quanto à questão do plano, continuo na mesma, não admito que se aniquile, que se extinga e que se feche um hospital que ainda está a prestar serviços — e bastantes — sem haver uma alternativa para ele. É a esse plano que me refiro, não é ao plano da saúde mental — esse também conheço muito bem e sei que também não está cumprido. O que é indispensável é que haja um plano que seja a alternativa para o Hospital de Júlio de Matos e para outros hospitais psiquiátricos que estão em causa e que naturalmente, também estão na sua mira vir a destruir.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra a Sr.^a Ministra da Saúde.

A Sr.^a Ministra da Saúde: — Sr. Deputado, para que o Estado seja uma pessoa de bem e toda a gente acredite que assim é, a primeira coisa importante é que não sejam os titulares de órgãos de soberania a entrar em insinuações e a apoiar ou a dar credibilidade a campanhas não fundamentadas, sem qualquer espécie de prova. E é disso, Sr. Deputado, que neste momento estamos aqui a falar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado quer insistir em que o Hospital de Júlio de Matos se fecha sem alternativo. Sr. Deputado, já dei publicamente mais de uma vez, a garantia de que o Hospital de Júlio de Matos não fecha sem alternativa. E quando hoje aqui comecei a falar também disse que estas possíveis alienações de terrenos onde estão implantadas unidades de saúde serão feitas em troca da construção de raiz de novas unidades de saúde, e só quando essas unidades de saúde forem construídas e estiverem prontas e os doentes puderem ir para lá é que os terrenos serão entregues às empresas. É isto que vai acontecer, Sr. Deputado. Estejam tranquilos, pois em nenhum caso os doentes vão deixar de ter aquilo que já têm, em todos os casos, vão passar a ter é melhor do que aquilo que já têm.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esta manhã visitam-nos alunos da Escola Secundária de Baixa da Banheira, alunos da Escola Secundária de Bernardino Machado, da Figueira da Foz, alunos do Colégio de São José, de Sintra, e alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração, de Lisboa.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Para uma pergunta oral ao Governo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Espada.

A Sr.ª Isabel Espada (PRD): — Sr.ª Ministra da Saúde, a questão do Hospital de Júlio de Matos já correspondeu à resposta por parte da Sr.ª Ministra em relação a duas perguntas de dois grupos parlamentares e, no entanto, apesar de eu poder subscrever totalmente as perguntas que o Sr. Deputado Ferraz de Abreu colocou nesta Câmara, a verdade é que novamente vou ter de colocá-las, embora sobre outra formulação, porque a sensação com que fiquei foi a de que a Sr.ª Ministra não respondeu de forma alguma às pertinentes perguntas que o meu colega deputado fez.

A questão do plano, relativamente à substituição de todos os serviços que neste momento funcionam no Hospital de Júlio de Matos em relação não só aos serviços de internato, mas também a outro tipo de serviços que funcionam neste Hospital, não é uma questão de minúcias. Como é que, em termos práticos, se poderá avaliar da pertinência de um projecto, neste caso a destruição do Hospital de Júlio de Matos, se à partida não conhecemos as alternativas concretas que poderão vir a substituir as funções que o Hospital de Júlio de Matos exerce neste momento?

A verdade é que à partida a Sr.ª Ministra compromete-se a dizer que sim, que vão ser criados serviços que vão cumprir as mesmas funções, mas não indica concretamente que serviços vão ser esses, quais os critérios que vão ser utilizados, se se vão encontrar na área metropolitana de Lisboa ou se se vão afastar para a periferia, se esses serviços vão estar afastados tanto em termos de corpo médico e assistencial como em termos de estruturas para suprir as necessidades dos doentes e das pessoas que neste momento estão a receber os serviços do Hospital de Júlio de Matos.

Como a Sr.ª Ministra diz, há uma série de minúcias que realmente não foram referidas, e em minha opinião de forma alguma são minúcias, porque são elas que nos permitem avaliar se este projecto de destruir o Hospital de Júlio de Matos é pertinente ou não; sem ele será sempre um ponto de interrogação.

Novamente lhe coloco as perguntas relativamente ao plano, quais as soluções concretas, e é sobre isso que gostaria que a Sr.ª Ministra da Saúde respondesse.

Além disso, havia uma outra questão, que é importante e que a Sr.ª Ministra referiu, que tem a ver com o facto de este projecto não ser novo, de ser um projecto já antigo e só agora estar a ser aplicado. Parece-me que este projecto já data de há muitos anos atrás, só que não foi anteriormente aplicado porque — é do meu conhecimento e suponho que é do conhecimento geral — na altura em que este projecto foi proposto houve, pelo menos, um parecer negativo por parte da instituição de assistência hospitalar, na altura assistência de saúde, que indicou uma série de argumentos que realmente justificaram que o projecto tivesse sido abandonado.

Queria saber, Sr.ª Ministra, se tem conhecimento deste parecer negativo, que no fundo foi a motivação que levou a que o projecto de destruição do Júlio de Matos não fosse levado para a frente, e caso tenha conhecimento dele gostaria de saber quais foram as condições que se alteraram e que fazem que as razões invocadas para não se ter destruído na altura agora já não se possam invocar.

Vozes do PRD e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há grande burburinho na Câmara, por isso pedia insistentemente o favor de mantermos um nível e condições de trabalho adequados.

Para responder, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª Ministra da Saúde: — Sr.ª Deputada, presumo que não conhecerá isto que tenho aqui na mão — a proposta de planeamento de subsistema de cuidados de saúde mental da área metropolitana de Lisboa — e tenho o maior gosto em enviar-lhe. Esta proposta de planeamento prevê minuciosamente quais são as unidades de saúde mental que devem existir na área metropolitana de Lisboa; prevê doze centros de saúde mental; prevê serviços de internamento numa série de hospitais distritais para doentes agudos — internamento para agudos é uma das funções que obviamente o Hospital de Júlio de Matos desempenha — próximo desses centros de saúde para permitir a unidade de seguimento dos doentes mentais pelos médicos e pelo resto do pessoal de saúde; e também prevê, em quantidade, a necessidade de camas que têm de existir para doentes crónicos na área metropolitana de Lisboa.

Tudo isso está aqui rigorosa e minuciosamente planeado, Sr.ª Deputada. O que é preciso é pôr em execução, e é isso, no que respeita às unidades de raiz e a modificações em termos de construção de unidades de saúde, que eu, numa parte, vou pedir à entidade que vier a revelar-se adjudicatária em todo este processo. É isso que aqui está e que neste momento é fácil dizer, pois, de facto, está minuciosamente previsto. Se os Srs. Deputados quiserem que lhes explique quais são os princípios que presidem a estes planos de saúde mental, e que não são novos, explico-lhes.

Em primeiro lugar, o abandono das grandes unidades de internamento de doentes mentais e a substituição por pequenas unidades que são centros de saúde mental — é assim que essas unidades serão chamadas e já existem, repito, dezanove no território do continente —, substituição essa onde são privilegiadas a prevenção e o tratamento ambulatório dos doentes. Só serão internados em últimas instâncias e, em princípio, o internamento de doentes agudos terá sempre de existir e existirá preferencialmente nos hospitais distritais, em camas de psiquiatria para o efeito. Isso está previsto, repito, agora, em relação aos dois hospitais novos, quer o de Almada quer o da Amadora-Sintra, e a aplicação deste plano será feita em outros hospitais distritais.

Além disso, em relação a doentes crónicos, a proposta que existe, e que totalmente subscrevo, é a do princípio da desinstitucionalização com muitíssimos cuidados, porque essa mesma prática noutros países já se revelou perigosa quando é feita com demasiada rapidez e sem ser devidamente ponderada.

Portanto, são estes os princípios que presidem à substituição de hospitais como o de Júlio de Matos por outras alternativas que estão pensadas no Ministério há muito tempo e estão minuciosamente previstas. Não é verdade que quem quer que seja vá proceder com a mais pequena leviandade.

Mas, quando o concurso público for aberto — e estão neste momento a ser preparadas as minuciosas condições em que será aberto e a que toda a gente terá acesso, justamente porque se trata de um concurso público —, as pessoas saberão como é; e repito, a empresa que vier a ser adjudicatária será não só aquela que nos der garantias de fazer as coisas como deve ser, mas também aquela que nos oferecer mais obras em serviços de saúde em troca do terreno do Hospital de Júlio de Matos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Espada.

A Sr.ª Isabel Espada (PRD): — Sr.ª Ministra, houve uma parte da minha pergunta que não foi respondida e diz respeito à questão do parecer negativo dado na altura.

Gostaria que realmente ficasse bem claro que o que levou a que este projecto não ficasse concluído ou não tivesse sido levado a cabo há mais tempo não foi uma questão de maior rapidez da Sr.ª Ministra Leonor Beleza. Foi, sim, porque na altura isso não foi consensual, tendo-se chegado à conclusão de que não era um projecto correcto e que, portanto, foi abandonado. Era esta questão fundamental que gostaria que a Sr.ª Ministra esclarecesse.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra a Sr.ª Ministra da Saúde.

A Sr.ª Ministra da Saúde: — Sr.ª Deputada, é verdade que me esqueci de responder a essa questão que me pôs e vou agora fazê-lo. De qualquer maneira, há aqui um ponto que é importante.

É evidente que quando é possível actuar por consenso tanto melhor, mas quando não é possível, o Governo decide. Se em matéria de política de saúde mental eu estiver à espera de consenso, nomeadamente entre os especialistas, provavelmente não vou conseguir resolver nunca.

De facto, conheço esse parecer que foi dado já há bastantes anos — foi dado antes do 25 de Abril. Segundo me parece terá feito que as coisas não fossem para a frente, mas, entretanto, as coisas alteraram-se muito. Todos estes planos de saúde mental elaborados no Ministério da Saúde são posteriores ao 25 de Abril, são relativamente recentes, e apontam para novas linhas de política de saúde mental. De facto, entendo que são estes novos princípios que o Ministério da Saúde e eu própria temos vindo a adoptar como correctos.

Quanto a haver um parecer noutro sentido, bom, Sr.ª Deputada, pode haver esse e pode haver outros. Quando me convencer e quando o Governo se convencer de que uma determinada actuação é a correcta, é essa a actuação que o Governo toma, como tem sido largamente demonstrado nestas e em muitas outras matérias. Preferimos o consenso quando é possível, mas, obviamente, quando as questões são discutíveis — e estas são extremamente discutíveis, nomeadamente as que se referem à saúde mental —, temos de tomar um determinado caminho e o meu caminho não é, de facto, o mesmo que é reflectido nesse parecer que tinha a ver apenas com questões de política de saúde men-

tal. A questão da alienação do terreno do Júlio de Matos tem a ver com política de saúde mental e com a adopção de melhores vias nesse sentido, mas tem também a ver, repito, com política de rentabilização do património posto à disposição do Ministério da Saúde e, com todo o respeito que tenho pelos psiquiatras, entendo que há porventura outras pessoas mais capazes de entender como é que o terreno posto à disposição do Ministério da Saúde deve ser convenientemente rentabilizado.

Applausos de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O desafio da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia está a ser vencido, com êxito, pelo Governo, sob a liderança do Prof. Cavaco Silva, como os Portugueses têm constatado ao longo destes dois anos de integração.

A integração do nosso país na Comunidade teve como um dos objectivos principais, senão o principal, acelerar o desenvolvimento e a modernização de Portugal. Fomos, deste modo, ajudados pelos nossos parceiros comunitários a dar o salto quantitativo e qualitativo que nos retire da cauda da Europa e nos ponha com os mesmos padrões de desenvolvimento e nível de vida dos outros países da CEE, a que nos nossos cidadãos têm pleno direito. O Governo Português está a efectuar um esforço notável, com toda a competência e determinação, para atingir tal objectivo, e nós, sociais-democratas, estamos certos de que vai conseguir.

Sr.ª Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, à luz dos instrumentos fundamentais para se cumprir o projecto de desenvolvimento e modernização do País estamos a implementar, de forma célere, os fundos estruturais da Comunidade Económica Europeia, designadamente o FEDER, que têm uma importância vital na política de desenvolvimento regional.

Foi anunciado pelo Governo um resultado global positivo das verbas do FEDER para Portugal e da sua respectiva aplicação.

Gostaríamos de saber, Sr.ª Secretária de Estado, qual foi o balanço do FEDER no ano de 1987 e quais as perspectivas para o ano de 1988?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional.

A Sr.ª Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional (Isabel Mota): — É-me pedido um balanço da aplicação do FEDER, em Portugal, no ano de 1987. Começo por fazer dois comentários prévios.

Em primeiro lugar, o FEDER é o instrumento financeiro privilegiado da política regional comunitária, constituindo o meio prioritário para concretizar os respectivos objectivos, ou seja, atenuar os desequilíbrios regionais comunitários, quer à escala da comunidade quer à escala de cada Estado membro, contrariando os efeitos regionalmente perversos das restantes políticas

da CEE (agrícola, mercado interno) ou aumentando as respectivas potencialidades no desenvolvimento regional (energia, investigação e desenvolvimento tecnológico, ambiente...).

Em segundo lugar, o FEDER é o fundo estrutural comunitário que absorve o maior volume de recursos financeiros (cerca de 48% em 1987) e aquele que, na sequência do Acto Único Europeu e da subsequente reforma dos fundos, maior impacte terá — em termos de objectivos a atingir e de recursos financeiros envolvidos — nas intervenções estruturais da Comunidade.

Fundamentalmente por estas duas razões, o FEDER é para Portugal um instrumento essencial da política de desenvolvimento do País.

Em Portugal, nos dois primeiros anos de integração na CEE, foi privilegiado — por opção política — o financiamento de projectos de infra-estruturas, que constituíam o bloqueio fundamental ao processo de desenvolvimento económico e social. A estratégia foi a de criar, primeiro, uma dinâmica de programação e construção de infra-estruturas que propiciasse, numa fase seguinte, condições adequadas a maximizar os efeitos da utilização de recursos financeiros no apoio à actividade produtiva.

O ano de 1988 será, assim, marcado pela concretização de alterações na gestão do FEDER. A par do apoio à construção de infra-estruturas, começarão a produzir os seguintes efeitos: o apoio do FEDER à actividade produtiva, designadamente através da implementação dos três sistemas de incentivos integrados no programa nacional recentemente aprovado; a abordagem por programas, quer de âmbito nacional, por exemplo, o Star e o Valoren, quer de âmbito regional, o caso do norte alentejano e da península de Setúbal; o lançamento de novas acções preparatórias e múltiplos outros programas de âmbito regional.

Srs. Deputados: a avaliação isolada de um único ano de aplicação do FEDER num Estado membro da CEE deve ser sempre enquadrada num horizonte temporal mais vasto, porque, por um lado, a gestão dos fundos corresponde a um processo negocial permanente, onde os compromissos comunitários são feitos numa base anual, mas têm reflexos financeiros plurianuais e, por outro lado, no caso específico do FEDER, o acerto das «quotas» dos diferentes Estados membros é feito por períodos trienais, tendo Portugal integrado a CEE no fim do 1.º ano do triénio 1985-1987.

Por isso me referirei, em seguida, ao biénio de 1986-1987.

É hoje irrefutável, e largamente reconhecido, que os resultados atingidos nestes dois anos foram largamente positivos. Com efeito, foram viabilizados investimentos totais no montante de 337 milhões de contos, equivalentes em 1987 a 177 milhões de contos, e aprovados 122 milhões de contos de compromissos do FEDER, que, em 1987, atingiram 64 milhões de contos; foram canalizados recursos financeiros para o nosso país no montante de 65 milhões de contos, correspondentes, em 1987, a 38 milhões de contos; foi assegurado o envolvimento de um grande número de entidades da administração central, empresas públicas, regiões autónomas e autarquias locais, que absorveram, em 1987, respectivamente, 16, 18, 9 e 15 milhões de contos, e foram aprovadas por Bruxelas 1500 candidaturas de Portugal.

Não posso obviamente ser exaustiva, mas a título de exemplo, refiro alguns projectos mais significativos do ano de 1987:

IP 3 — Coimbra-Viseu;
IP 4 — Campo-Paredes;
Sistema hidráulico Odelouca-Funchal;
Escolas de hotelaria e turismo de Coimbra e do Algarve;
Hospital Distrital de Guimarães;
Aeroportos de Faro e do Porto;
Auto-estrada Porto-Cruz e Porto-Campo;
Central Térmica da Vitoria, Funchal;
Abastecimentos de água a Matosinhos, Póvoa de Varzim, Guarda, Leiria, Almeirim e Pombal;
Escola Superior Agrária de Bragança, Universidades de Aveiro, do Minho, etc.

Numa análise sectorial, os investimentos em transportes foram os mais significativos, logo seguidos dos hidráulicos e dos energéticos.

Posso afirmar que o resultado atingido em 1987 foi mais positivo que o de 1986, se tivermos em conta que: o crescente grau de exigência por parte dos serviços comunitários e dos restantes Estados membros foi satisfeito pelas autoridades nacionais; não se verificou, ao contrário do que aconteceu com outros países, uma diminuição de candidaturas ou dos ritmos de execução; foi possível manter uma repartição equilibrada entre os diversos beneficiários do FEDER; iniciou-se a apresentação de candidaturas, cuja execução não tinha ainda arrancado; consolidou-se um processo participado, mas responsável e transparente.

Para os resultados obtidos no acesso ao FEDER em 1986 e 1987 contribuíram, fundamentalmente, a boa qualidade dos projectos apresentados e a boa instrução dos *dossiers* de candidatura e a existência de uma carteira de candidaturas suplementares para proceder aos ajustamentos que se revelaram adequados.

Srs. Deputados: O ano de 1988 será marcado pelas conclusões da Cimeira de Bruxelas, que, desde ontem, se encontra reunida, quer na perspectiva pessimista do agravamento da crise orçamental quer na perspectiva optimista da reforma dos fundos estruturais comunitários, da duplicação e da sua concentração nos Estados membros mais desfavorecidos.

De qualquer modo, foram tomadas algumas precauções no âmbito das candidaturas ao FEDER para 1988 para atenuar (ou mesmo, eventualmente, anular) qualquer situação mais negativa. Assim: foram já remetidas para Bruxelas candidaturas portuguesas que corresponderão à absorção da quota portuguesa no corrente ano — cerca de 70 milhões de contos; encontra-se já disponibilizado um conjunto suplementar de candidaturas — cerca de 19 milhões de contos —, que permitirão superar eventuais dificuldades; encontra-se em preparação um reforço adicional de candidaturas ao FEDER que poderão, se necessário, ser ainda apresentadas este ano; finalmente, estão em preparação diversas iniciativas que visam a superação das dificuldades encontradas em 1987, designadamente no que respeita à insuficiente capacidade financeira autárquica para assegurar as contrapartidas financeiras nacionais.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Governo, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Espada.

A Sr.ª Isabel Espada (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: As perguntas que queria fazer estavam preparadas para o Sr. Ministro da Educação, mas posso perfeitamente colocá-las ao Sr. Secretário de Estado.

Como é do conhecimento geral e certamente do Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, os institutos superiores de contabilidade e administração (ISCAs) encontram-se em greve desde o dia 27 de Janeiro. Encontram-se em greve como forma de luta e de protesto contra a decisão do Ministério da Educação de integrar estes institutos no ensino politécnico. Há uma série de argumentos que tanto os alunos como grande parte do corpo docente dos institutos superiores de contabilidade e administração utilizam para esta recusa, pois consideram que têm a preparação e as condições pedagógica e científica para a sua integração no ensino universitário. Aliás, esta reivindicação não é nova, já vem de há vários anos a esta parte. Mais uma vez a vontade e os desejos dos alunos destes institutos não foram ouvidos, porque foi agora tomada a decisão, através de decreto-lei, de se fazer a sua integração nos institutos politécnicos.

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado me respondesse a algumas questões, que têm a ver com as próprias alegações utilizadas pelos alunos para recusarem esta sua integração. Penso que é importante saber-se se não será uma lacuna no sistema educativo nacional a integração dos institutos superiores de contabilidade e administração no ensino universitário. Não será uma lacuna em termos de evolução da própria ciência contabilística, que já exigiria uma vertente mais aprofundada em termos científicos do que aquela que o ensino politécnico pode oferecer? Não se justificará, devido à evolução da ciência contabilística, que se dê realmente a esta matéria uma vertente, em termos científicos, mais importante? O facto de ainda haver esta brecha no nosso sistema educativo, em termos oficiais, poderá ou não vir a ser uma tentação para as escolas e universidades particulares instituírem, dentro dos seus próprios currículos, um curso de licenciatura académica ou universitária? Não se estará, portanto, a criar uma situação de injustiça em relação à tradição que os ISCAs têm, e se houvesse nesta área uma licenciatura académica seriam os primeiros a ser contemplados com este direito?

Uma última pergunta: não pensa o Sr. Secretário de Estado que, neste momento, os ISCAs são as escolas superiores de contabilidade com melhores condições pedagógicas, científicas, etc., para já não falar no corpo docente, porque isso depende do orçamento que o Ministério afecte para contratar pessoas com uma habilitação superior. Os ISCAs estão ou não habilitados, têm ou não o prestígio, ou seja, as condições para terem a sua integração no ensino universitário e não o politécnico?

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — (Alberto Ralha): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de responder à questão colocada pela Sr.ª Deputada Isabel Espada, e dado que este assunto dos ISCAs e dos ISEs tem levantado muita celeuma na imprensa, gostaria ...

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Justifica-se!

O Orador: — Justifica-se segundo o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, e não segundo a minha própria opinião.

Como dizia, gostaria de passar em revista o que tem acontecido nos últimos anos em relação a estes institutos superiores de contabilidade e administração.

Como os Srs. Deputados sabem, até meados da década de 70 estas escolas pertenciam ao ensino médio e eram designadas por institutos comerciais. Aliás, a Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, relativa à reforma do sistema educativo do Ministro Veiga Simão, já não fazia qualquer referência ao ensino médio e admitia, no n.º 3 da base XIII, que o ensino superior fosse assegurado por universidades, institutos politécnicos, escolas normais superiores e outros estabelecimentos equiparados, que deviam conferir o grau de bacharel. No entanto, e antes da revolução de Abril de 1974, não chegou a fazer-se a transição destas escolas para o ensino superior. Só a seguir à revolução de Abril de 1974, através do Decreto-Lei n.º 303/75, é que os institutos comerciais passaram a depender da Direcção-Geral do Ensino Superior e os seus diplomas a ficar equiparados a bacharéis, para todos os efeitos legais.

Em Maio de 1976, um outro decreto-lei — o Decreto-Lei n.º 327/76, de 6 de Maio — alterou, no seu artigo 1.º, a designação dos institutos comerciais para institutos superiores de contabilidade e administração, admitindo que pudesssem conferir os graus de bacharel, licenciado e doutor (n.º 2 do artigo 2.º), embora, imediatamente, devessem organizar apenas os cursos de bacharelato, com a duração mínima de três anos — artigo 6.º Dizia ainda esse decreto-lei que só depois de organizado o bacharelato e de verificadas certas condições se deveria proceder à organização do ensino de licenciatura — artigo 7.º

Em Outubro de 1977, cerca de um ano depois, o Decreto-Lei n.º 427-B/77, de 14 de Outubro, instituiu o ensino superior de curta duração, estabelecendo que, até ao início do ano lectivo de 1979-1980, os então institutos superiores de contabilidade e administração seriam convertidos em escolas superiores técnicas, o mesmo devendo acontecer aos institutos superiores de engenharia até ao início do ano lectivo de 1981-1982.

Em Julho de 1978, a Lei n.º 61/78, de 28 de Julho, retirou essas escolas do ensino superior curto. Mas o Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, que passou a chamar mais uma vez a este tipo de ensino «ensino superior politécnico», tornou a incluir de novo todos os ISCAs e os ISEs no ensino politécnico e revogou a possibilidade de estes se integrarem em universidades, conforme o disposto na alínea c) do artigo 23.º do decreto-lei citado.

Cerca de meio ano mais tarde, a Lei n.º 29/80, de 28 de Julho, tornou a retirar os ISCAs e os ISEs do ensino politécnico, deixando-os em situação pouco clara. Mas não revogou a disposição que os impedia de se integrarem em universidades.

Esta lei deixou os ISCAs numa situação de grande indefinição.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Ao contrário!

O Orador: — Mas o Decreto-Lei n.º 443/85, de 24 de Outubro, tornou a reorganizar os institutos superiores de contabilidade e administração e veio pôr termo à indefinição em que se encontravam até então,

estabelecendo pela primeira vez que, além do grau de bacharel, estes institutos pudessem conferir diplomas de estudos superiores especializados, os conhecidos por DESEs — diplomas de estudos superiores especializados —, os quais constituem habilitação equivalente à da licenciatura para todos os efeitos académicos e profissionais, de acordo com o disposto no artigo 8.º do diploma já citado.

Esse decreto-lei estabeleceu ainda a aplicação ao pessoal docente do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que definiu o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico.

Um ano mais tarde, a Lei de Bases de Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, da Assembleia da República, ao admitir no artigo 11.º que o ensino superior compreende apenas o ensino universitário e o ensino politécnico e ao estabelecer no n.º 4 do artigo 13.º que só no ensino politécnico será conferido o grau de bacharel e atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, sendo estes últimos equivalentes ao grau de licenciados para efeitos profissionais e académicos, veio corroborar inteiramente o Decreto-Lei n.º 443/85 e eliminar dúvidas e expectativas quanto à questão de saber em qual dos dois subsistemas de ensino superior os ISCAAs se deveriam integrar. É de referir que foram criados, já em 1986, sete DESEs em três ISCAAs e que o Conselho de Ministros, na reunião de 4 do mês corrente, aprovou o decreto-lei que integra definitivamente os ISCAAs no ensino superior politécnico.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Definitivamente!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Espada.

A Sr.ª Isabel Espada (PRD): — Sr. Secretário de Estado, lamento imenso, mas realmente o Sr. Secretário de Estado não respondeu a nada do que eu perguntei. É evidente que V. Ex.ª trouxe uma intervenção já feita e não podia, de forma alguma, conhecer as perguntas que eu lhe ia colocar. Não podia conhecê-las antecipadamente.

Em relação a estes aspectos, e para ser muito breve, gostaria de saber exactamente se o facto de se estarem a instituir, no âmbito do ensino politécnico, os institutos superiores de contabilidade e administração não é, em primeiro lugar, uma forte condição negativa relativamente a uma série de países, nomeadamente da CEE, que já têm inclusos nos seus currículos e consignados nos seus sistemas educativos a licenciatura académica, o grau de mestrado e o grau de doutor, inseridos nesta área — ciências contabilísticas — e, em segundo lugar, se a inserção dos institutos superiores de contabilidade e administração no âmbito do ensino politécnico constitui ou não um retrocesso em relação à própria evolução das ciências contabilísticas que implica que seja dada uma maior importância à vertente científica.

Outra questão ainda é a de saber se, tendo em atenção todo o sistema de ensino português, os institutos superiores de contabilidade e administração são ou não aqueles que estão neste momento mais habilitados em termos pedagógicos e científicos para suprirem esta

lacuna do sistema educativo português, ou seja, a falta de licenciaturas académicas em Contabilidade e Administração.

São eles ou não que têm o direito de iniciarem no nosso país este tipo de formação?

Parece-me que não devemos pensar no ensino politécnico a ser feito à custa das aspirações e das vontades dos alunos, sem custos nenhum para o Ministério da Educação. Neste caso, é do meu conhecimento que o ensino politécnico tem substanciais verbas orçamentadas e está a ser feito sem gastar um único tostão do Ministério, visto que os ISCAAs estão minimamente e relativamente bem equipados para fazerem face à sua entrada no politécnico.

É evidente que esta passagem para o ensino politécnico está a ser levada a cabo essencialmente não à custa de um trabalho de raiz, mas sim de um trabalho sedimentado por estes institutos, que vem sendo feito desde há longos anos e que é altamente prestigiado, como é do conhecimento de todos nós.

O ensino politécnico não se pode formar nem preservar à conta de prestígio de outrem, tem de ser um trabalho começado de raiz.

Portanto, gostaria que o Sr. Secretário de Estado me respondesse a estas questões bem concretas que lhe coloco.

Aplausos do público presente nas galerias.

O Sr. Presidente: — A assistência nas galerias não pode manifestar-se. São regras de funcionamento desta Assembleia, que, à semelhança das que existem em outras Assembleias, devem ser respeitadas.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — Sr.ª Deputada, tem toda a razão, não respondi às suas perguntas porque, como pretendi fazer a história destes estabelecimentos de ensino mostrando a sua evolução através dos tempos, esgotei o período de tempo que me foi concedido e não respondi concretamente às perguntas que me formulou.

Relativamente à primeira pergunta que me coloca — se não seria uma lacuna no sistema educativo nacional o facto de não haver uma licenciatura em Contabilidade —, creio que não existe nenhuma lacuna. Lembro que o n.º 6 do artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 46/86, aprovada nesta Câmara em 14 de Outubro de 1986, estabelece que o diploma de estudos superiores especializados é equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos. Isto quer dizer que os alunos dos ISCAAs que frequentem os DESEs com aproveitamento têm um diploma que, para todos os efeitos, é equivalente ao de licenciado.

Mas o n.º 7 do citado artigo do mesmo diploma estabelece ainda que os cursos superiores especializados do ensino politécnico que formem um conjunto coerente com o curso de bacharelato precedente podem conduzir à obtenção do grau de licenciado.

Isto significa que os ISCAAs podem atribuir graus de licenciatura. De acordo com a enumeração rápida que anteriormente fiz, tive oportunidade de informar a criação de seis DESEs em vários institutos superiores de contabilidade e administração.

Perguntou ainda a Sr.^a Deputada se não poderão as universidades particulares ter a tentação de criar uma licenciatura em Contabilidade.

Devo dizer-lhe que vai ser apresentado pelo Governo dentro em breve o estatuto do ensino superior particular e cooperativo e que a proliferação de instituições universitárias particulares vai deixar de se verificar.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Vai haver proliferação!

O Orador: — Mas devo chamar a atenção para o facto de as licenciaturas emanadas dessas instituições terem de ser previamente autorizadas pelo Governo. Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, de acordo com o que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, devem essas licenciaturas ser aprovadas através de decreto-lei.

Relativamente à questão de saber se neste momento os ISCAEs não serão as escolas mais habilitadas para ministrarem o ensino da contabilidade, a minha resposta é positiva: são, com certeza.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta escrita ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Moreira.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, Srs. Deputados: Estamos hoje a assistir nesta Câmara a uma situação um pouco estranha. O Governo vem com um discurso extremamente pedagógico. Anteriormente, a Sr.^a Secretária de Estado do Planeamento veio explicar o que era o FEDER. Muito obrigado, mas já tinha conhecimento. Agora, o Sr. Secretário de Estado veio apresentar uma colectânea de legislação e chama-lhe história. Muito obrigado, mas não é propriamente para isso que estamos nesta Câmara. Também temos — como deve calcular — conhecimento do conjunto de legislação a que se referiu.

Este problema dos ISCAEs e dos ISEs tem sensibilizado a opinião pública e tem mobilizado os estudantes e o próprio corpo docente desses estabelecimentos de ensino.

Tratando-se embora de dois tipos de estabelecimentos de ensino superior de duas áreas científicas de dois enquadramentos jurídicos diferentes, não deixam de existir similitudes quer no processo seguido pelo Ministério da Educação, quer nas aspirações expressas pelas escolas e, particularmente, pelos seus estudantes — a exigência do grau de licenciatura e a recusa de integração no ensino superior politécnico.

É particularmente estranha esta situação quando em todos os momentos em que a Assembleia da República foi chamada a pronunciar-se sobre este assunto o próprio partido do Governo esteve contra a integração destas escolas no ensino superior politécnico.

A Sr.^a Deputada do PSD, Amélia de Azevedo, na altura presidente da Comissão Parlamentar de Educação, afirmou: «Declaramos apoiar a proposta com vista à implementação de licenciaturas nos ISCAEs no mais curto prazo de tempo. Mas desejamos frisar que o mesmo processo se deve tornar extensivo aos ISEs se, como e quando estas escolas o entenderem, em estudo

e cooperação com o MEC. Embora tardivamente, façase justiça.» Estas afirmações estão publicadas em Junho de 1980 no *Diário da Assembleia da República*.

Afinal de contas, o que é que se passa? Qual é o discurso do PSD hoje em relação a estas escolas? Diz uma vez uma coisa, outra vez diz outra?!

Nestes termos, pergunta-se: qual a posição governamental sobre o futuro dos ISEs e ISCAEs? Designadamente, considera ou não indispensável que a solução a adoptar quanto ao enquadramento destas escolas mereça acordo dos directamente interessados, designadamente estudantes e docentes destas escolas?

São os senhores indiferentes à posição que eles vêm assumindo? Que esforços foram realmente feitos nesse sentido? Como entende o Ministério da Educação a aplicação do Decreto-Lei n.º 830/74, que, designadamente, confere aos ISEs os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento e a possibilidade de serem «integrados nas universidades por acordo de ambas as partes»? (Citei o n.º 2 do artigo 2.º do referido diploma.)

Com que fundamento se procura integrar, à força, os ISCAEs no ensino superior politécnico quando os próprios estabelecimentos de ensino se consideram aptos, pedagógica e científicamente, a conceder o grau de licenciatura, para o qual são, aliás, as únicas escolas públicas que neste ramo se encontram habilitadas?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Respondendo ao Sr. Deputado Rogério Moreira e começando pela última pergunta que me formulou, gostaria de esclarecer o seguinte: eu disse na minha intervenção que os ISCAEs foram, na verdade, praticamente integrados pela Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada nesta Câmara.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Mas como?

O Orador: — Porque nela se estabelece que no ensino superior há dois subsistemas, confirmando assim o último decreto-lei emanado de um governo anterior ao XI Governo. Indica ainda a mesma lei que no ensino politécnico se confere o grau de bacharel e os diplomas de estudos especializados dão lugar ao diploma de licenciado, equivalente para todos os efeitos ao que já existia na legislação em vigor relativamente aos ISCAEs.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Depois o Sr. Deputado pedirá esclarecimentos no final da minha intervenção.

A situação dos institutos superiores de engenharia é muito semelhante à dos ISCAEs. Também eles se incluíam no âmbito do ensino médio até à primeira metade da década de 70 e foram em geral e na prática contemplados também pelas disposições dos diplomas que citei quando me referi aos ISCAEs.

No entanto, a situação dos ISEs é ainda mais indefinida que a dos ISCAEs, porque não existe nenhum diploma análogo ao Decreto-Lei n.º 830/74.

Porém, devo referir que um grupo de trabalho, nomeado em Maio de 1980, sob a coordenação do Prof. Abel Mateus, da Universidade Nova de Lisboa, com o objectivo de definir para Portugal uma estratégia de recursos humanos, apontava que «a carência de diplomados pelo ensino superior de curta duração estava a ser um limite cada vez mais restritivo do desenvolvimento económico português, impondo-se, pois, o desenvolvimento do chamado ensino superior curto, ou seja, do ensino politécnico».

Também um outro grupo de trabalho,...

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Mais um!

O Orador: — ... nomeado em Dezembro de 1986 para dar parecer sobre o enquadramento institucional dos ISEs, concluiu que à luz da Lei de Bases do Sistema Educativo o enquadramento institucional adequado à concretização do objectivo de assegurar a formação de engenheiros de ligação-execução em maior número que os engenheiros de concepção só será possível desenvolvendo o sistema do ensino superior politécnico.

No entanto, considerando os alunos dos ISEs, que representavam 90% do número que vou mencionar a seguir, é de assinalar que ainda em 1986 os cursos de bacharelato receberam 1200 novos alunos, enquanto as faculdades de engenharia tiveram 2200 novos alunos, verificando-se, deste modo, uma relação de 1 para 2, quando a situação desejável deveria ser a inversa, na razão de 3 para 1. Isto quer dizer que para cada aluno admitido numa faculdade de engenharia deveriam ter sido admitidos 3 numa escola superior politécnica de engenharia.

Devo referir ainda que o perfil dos engenheiros técnicos diplomados pelos ISEs, bem como os planos de estudos, a natureza do ensino professado e o tipo de professores que o ministram, se enquadram muito mais no sistema do ensino politécnico que no sistema do ensino universitário. E esta afirmação é tão válida relativamente à realidade de hoje como à de ontem.

Finalmente, quero ainda acrescentar que, embora reconheça não ser necessário dizê-lo nesta Câmara, dado que estou perante uma assembleia com particulares características, consciente das situações, conhecida das realidades e interesses de bem servir o País, entendo dever esclarecer — contrariamente ao que se tem afirmado em outros meios — que a integração dos ISEs no ensino politécnico não envolve qualquer despromoção.

As condições de acesso são as mesmas que as exigidas para o ensino universitário, o ensino politécnico é parte integrante do ensino de nível superior e os diplomados do ensino politécnico habilitados com diplomas de estudo superior especializados têm o grau equivalente ao grau de licenciado ou mesmo o grau de licenciado.

O futuro do ensino politécnico é francamente mais promissor que o do ensino universitário. O País carece de um número muito maior de diplomados pelo ensino politécnico do que pelo ensino universitário.

Em todo o caso, e respondendo a uma pergunta do Sr. Deputado Rogério Moreira, devo dizer que — para esclarecimento de todos os interessados e no sentido de, de uma vez para sempre, se eliminarem as dúvidas —

o Ministério da Educação propôs que, antes de ser tomada uma decisão definitiva, fosse criado um grupo de trabalho com representantes de estudantes, de docentes e da Administração, onde as várias vertentes deste problema sejam analisadas.

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Realmente esse problema é difícil.

O Sr. Secretário de Estado não pode ler as leis isoladamente. Há uma lei da Assembleia da República que expressamente retira o ISCA e o ISE do ensino superior politécnico — é a Lei n.º 29/80. A Lei de Bases do Sistema Educativo configura o sistema educativo e o sistema de ensino superior português.

Porém, além do mais, o Sr. Secretário de Estado sabe que não é só um problema de equivalência possível do diploma de estudos superiores especializados à licenciatura; é também um problema de progressão no sistema educativo. Não há o direito de negar aos estudantes a possibilidade de progredirem no sistema educativo ...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Está a falar muito alto, Sr. Deputado! Não se comprehende bem!

O Orador: — Tem razão, Sr. Ministro. Às vezes falar alto não ajuda a ouvir. Falarei mais baixo.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — Não consegui ouvir nada do que disse, Sr. Deputado!

O Orador: — Visto o Sr. Secretário de Estado não ter ouvido, vou repetir o que disse, mas agradeço que o tempo que vou utilizar fosse devidamente ponderado. A culpa não é minha, mas deve ser das más condições acústicas.

Sr. Secretário de Estado, eu estava a dizer que as leis não podem ser entendidas de forma completamente separada e estanque. A Assembleia da República aprovou a Lei n.º 29/80, que expressamente retira o ISE e o ISCA do ensino superior politécnico e o que a Lei de Bases do Sistema Educativo prefigura é a forma como se articulam o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário.

Porém, a própria lei do sistema educativo também refere que o ensino superior politécnico confere o grau de bacharelato, o diploma de estudos superiores especializados e outros pequenos diplomas. Contudo, também refere que são as escolas de ensino superior politécnico que, por exemplo, conferem o grau de mestre e o grau de doutor. Ou seja, a progressão no sistema também ela é hoje uma questão importante para os estudantes do ISE e do ISCA. Ora, trata-se de uma questão a que o Governo não pode ser insensível quer em relação aos engenheiros técnicos, quer em relação aos futuros doutorados em contabilidade, pois o País necessita deles.

Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado falou das universidades privadas. Não temos culpa da situação que existe com as universidades privadas e, tanto quanto pôde, a Assembleia da República interveio, em tempo oportuno, em relação a esse assunto. Os culpados dessa situação foram o PSD e o antigo Ministro da Educação, que também é filiado no mesmo partido que o Sr. Secretário de Estado. V. Ex.^a sabe ou não

que há universidades privadas que declaradamente já assumiram o interesse em ministrar licenciaturas em contabilidade? Ora, não será difícil saber quais são essas universidades privadas de Lisboa e do Porto! Afinal de contas, o que é que move essa atitude precipitada por parte do Governo, até porque não tem em conta as opiniões das escolas?

Em relação ao problema da constituição de comissões, devo dizer que em relação ao ISE tenho aqui presentes os resultados e as conclusões de uma comissão presidida pelo Dr. Salavessa. A comissão visava esclarecer:

a) Se a aprovação dos cursos de especialidade deverá corresponder obrigatoriamente a licenciatura, que possivelmente acabaria por envolver a necessidade de conversão dos institutos em estabelecimentos de ensino universitário. Sobre esta hipótese todos os membros da comissão se pronunciaram — alguns abstiveram-se, mas a verdade é que nenhum se pronunciou sobre qualquer outra das hipóteses. Comissões atrás de comissões, para quê, Sr. Secretário de Estado? O que os senhores têm é que cumprir a lei! O Governo diz todos os dias que é preciso cumprir a legalidade, a lei — ainda há dias o Sr. Primeiro-Ministro disse isso. Cumpra-se o Decreto-Lei n.º 327/76 e a Lei n.º 29/80 da Assembleia da República! É isso que os senhores deviam fazer — aliás, creio que é essa a opinião dos que estão directamente interessados.

Sr. Secretário de Estado, afinal é difícil compreender qual é a atitude do Governo no meio de tudo isto. Hoje mesmo na rádio — e segundo me disseram também nos jornais — foram produzidas afirmações do Sr. Ministro da Educação dizendo que, quer em relação ao ISE, quer em relação ao ISCA, o Governo ia rever a situação. Porém, aqui o Sr. Secretário de Estado não nos disse nada disso, antes pelo contrário, confirmou a integração do ISCA no ensino politécnico quando, por exemplo, respondeu à Sr.ª Deputada Isabel Espada, como adianta ainda mais do que aquilo que disse na própria audiência — a única depois de muitos anos de longa espera — às associações de estudantes do ISE, onde não falou da integração no ensino politécnico. Porém, agora o Sr. Secretário de Estado vem dizer que o ensino politécnico é que é bom. Ora, o Governo, que é o responsável pelos *numerus clausus*, tem permitido a situação que hoje se verifica no ensino superior. Afinal, qual é a atitude do Governo? É, pois, necessário que o Sr. Secretário de Estado responda claramente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — Sr. Deputado Rogério Moreira, em primeiro lugar devo dizer que não houve uma reunião com o ISE, mas sim duas. Ora, eu estive presente na segunda reunião, que é aquela a que o Sr. Deputado se referiu, e a verdade é que aquilo que os jornais referem não corresponde ao que lá se passou. Não sei se o Sr. Deputado também esteve presente nessa reunião, mas se esteve provavelmente estaria distraído e não ouviu o que lá se disse. Na verdade, tanto o Sr. Ministro como eu próprio acedemos a que se dialogasse por mais algum

tempo com os interessados, que se ouvissem várias opiniões, mas insistiu-se na ideia de que quando chegasse a altura o Governo teria que decidir.

Compreendo perfeitamente as preocupações e os interesses dos alunos. Aliás, nada impede esses alunos de frequentar o ensino universitário. Como disse há pouco, neste momento estão matriculados em engenharia no ensino universitário duas vezes mais alunos do que no ensino politécnico. O crescimento do ensino universitário em engenharia está a ser muito mais rápido do que o crescimento no ensino politécnico.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — A culpa é vossa!

O Orador: — Não interrompi ninguém enquanto usava da palavra e os Srs. Deputados interrompem-nos no fim, se o Sr. Presidente autorizar.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Foi um aparte!

O Orador: — Acontece que nós no Governo e os Srs. Deputados nesta Assembleia temos que considerar não só os interesses dos alunos, mas sobretudo os interesses do País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ora, os interesses do País é no sentido de haver engenheiros de execução em muito maior número que engenheiros de concepção. Como muitas vezes já foi dito, essa carência pode ser um estrangulamento ao nosso desenvolvimento sócio-económico.

Devo, pois, dizer que, quer os alunos do ISCA, quer do ISE, não estão impedidos de prosseguir estudos. Mesmo quando o ISCA era um instituto de contabilidade — e isso já foi afirmado na imprensa — houve pessoas que atingiram lugares muito elevados na nossa hierarquia, começaram por esses cursos, fizeram cursos universitários, como é o caso do nosso Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vou dividir em duas alíneas a pergunta que pretendo formular ao Governo.

A primeira é a seguinte: no dia 29 de Janeiro o Governo assaltou os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade.

Vozes do PSD: — Assaltou?!

O Orador: — Exactamente, assaltou!

Naturalmente que impôs aos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade uma administração da EDP numa situação de confronto aberto, com autonomia do poder local, com um órgão autárquico. Ora, hoje há um grande repúdio da população por esta atitude do Governo e mesmo vários órgãos autárquicos se têm manifestado em apoio e solidariedade para com a Câmara Municipal do Porto pela forma correcta como

tem vindo a defender os interesses dos municípios do Porto.

Pensávamos que esta atitude já tinha desaparecido numa sociedade democrática saída com o 25 de Abril. Porém, parece que o Governo não tem a mesma ideia e tomou uma atitude lamentável, uma atitude que todos nós, cidadãos, temos que repudiar porque, de facto, não corresponde e ultrapassa qualquer limite da convivência entre órgãos democráticos que se pretende neste país.

Naturalmente que o Governo afrontou desta forma a Câmara Municipal do Porto e um órgão autárquico porque deve ter alguns objectivos a atingir. Gostaríamos, pois, que explicasse muito bem o que é que isto é.

Em todas as intervenções produzidas pelos membros do Governo estes têm dito que propalam o diálogo. Ora, o que se verificou no Porto é que este governo não propala o diálogo, antes pelo contrário, afronta completamente o diálogo e toma atitudes que podemos considerar ao bom estilo do *Far West*.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, há pouco não o quis interromper e no fim da sua intervenção pensava tecer algumas considerações sobre a linguagem que está a utilizar. Implicitamente, o Sr. Deputado teve a consciência de que ao utilizar a palavra «assalto» tinha ido um pouco longe demais e fez uma semi-rectificação. Portanto, estava à espera que ao longo da sua intervenção essa rectificação fosse feita por completo.

Porém, ao utilizar agora a reincidência da utilização da palavra «*Far West*», que tem óbvias conotações, peço-lhe, Sr. Deputado, que não utilize linguagem excessiva mesmo quando esta possa e deva ser viva. Não podemos deixar seguir certas conotações que fiquem no ar!

O Orador: — Sr. Presidente, V. Ex.^a interrompeu-me e creio que devia deixar terminar o meu pedido de esclarecimento. O que eu disse — e volto a afirmar — foi que o Governo tomou de assalto os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, devo dizer que lamento muito a reincidência que fez porque a palavra «assalto» tem um significado que é muito difícil interpretar sobre uma forma de ilegalidade, de situação abstrusa ou irresponsável. Peço-lhe, pois, que utilize uma palavra mais de acordo com as normas parlamentares.

O Orador: — O Sr. Presidente está a indicar-me aquilo que devo dizer, mas creio que tenho a liberdade de me expressar da forma como entender. Naturalmente que os ofendidos também têm direito a contestar aquilo que estou a dizer! Porém, se o Sr. Presidente considera que não se tratou de um assalto, posso dizer que foi um sequestro aos Serviços Municipalizados, ao conselho de administração.

Risos do PCP e do PS.

Protestos do PSD.

Posso dizer isso, que fica registado na acta das sessões, e assumo a responsabilidade do que aqui estou a dizer.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, gostaria que me deixassem ouvir convenientemente aquilo que se está a dizer para poder interpretar a linguagem que está a ser utilizada.

O Orador: — Sr. Presidente, espero que estas interrupções sejam descontadas no tempo que disponho e que a Mesa esteja atenta a este facto.

Como estava a dizer, este Governo fala em estabilidade. Porém, Srs. Deputados, se verificarmos o que recentemente se passou no Porto, vemos que é este governo quem promove a instabilidade social. Este governo «cortou» os subsídios ao teatro independente no Porto, este governo sequestrou os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, dissolveu a Câmara Municipal de Gondomar, apreendeu as antenas de televisão...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o tempo de que dispunha para usar da palavra e, portanto, peço o favor de abreviar as suas considerações. De resto, devo lembrar-lhe que o termo «sequestrar» emprega-se para pessoas e não para instituições.

O Orador: — Sr. Presidente, creio que ainda não terei esgotado o tempo que dispunha para formular a minha pergunta ao Governo porque o tempo que V. Ex.^a me interrompeu deverá ser descontado. Portanto, gostaria que a Mesa rectificasse este aspecto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o favor de continuar dentro do espírito que sempre tem sido utilizado.

O Orador: — Ora, isto é tanto mais grave quando o Governo toma esta posição sabendo que estava em negociações e prestes a ser assinado no dia 4 de Novembro um protocolo entre a Câmara Municipal do Porto e a EDP, protocolo esse que, se fosse cumprido e respeitado, iria beneficiar a população do Porto, iria satisfazer os interesses da EDP e da Câmara Municipal do Porto e os interesses da própria economia nacional.

O que o Governo pretendeu foi, de facto, não defender a EDP como empresa pública, mas tentar denegrir a empresa pública, tentar apresentar à população do Porto a EDP como «o mau da fita».

Ora, o povo do Porto sabe muito bem que não é assim, e sabe muito bem quem levou por diante toda esta atitude de violação da autonomia do poder local, esta tentativa de não respeitar a deliberação da Câmara Municipal do Porto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que esta é uma estranha forma de o Governo fazer cobrar dívidas. Imaginemos que os credores do Estado, e não são poucos — e os empreiteiros que o digam, que não recebem a tempo e horas —, ao não receberem a tempo e horas uma dívida do Estado, invadiam o Terreiro do Paço e corriam dos gabinetes os ministros! Essa seria uma forma pouco democrática de se fazer cobrar uma dívida. Porém, o Governo adoptou esta forma para com a autarquia, porque esta não tem o poder na mão nem a polícia para pôr à frente do Terreiro do Paço, enquanto ele tem a polícia para fazer invadir um órgão autárquico que são os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado já ultrapassou a tolerância normal que é dada aos oradores que estão no uso da palavra, pelo que lhe peço para terminar.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Ora, o que gostaria de saber é se perante esta atitude o Governo vai retomar o diálogo, reponder estas situações e fazer com que o protocolo, que esteve para ser assinado e só o não foi por responsabilidade expressa do Executivo, seja assinado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, nas últimas reuniões plenárias temos verificado que a Mesa se tem dirigido aos deputados de algum modo condicionando o seu próprio uso de palavra. É sabido que na Assembleia da República o debate vivo e democrático recorre, por vezes, a expressões de sentido metafórico, como é o caso concreto de uma ocupação de instalações municipais por parte das forças policiais. Ora, Sr. Presidente, creio que não se ganha nada se os membros da Mesa começam a dizer ao deputado *a*, *b* ou *c* para não usar determinada palavra, mas sim outra. Onde é que isso nos pode levar?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Devemos, pois, respeitar o pensamento dos deputados. Há a figura regimental de defesa da honra e se alguém se sentir ofendido com a intervenção parlamentar não deve ser a Mesa a tentar, de forma directa ou indireta, censurar determinado tipo de opiniões que os deputados estão na perfeita legitimidade de transmitir perante a Câmara.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pelo nosso lado não gostaríamos de fazer mais interpelações nesse sentido, Sr. Presidente.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Na realidade, sentimo-nos incomodados por as ter que fazer, pois pensamos que é um mau princípio que está a ser estabelecido. Porém, fá-lo-emos sempre que reconhecermos que tais métodos estão a ser utilizados.

Aplausos do PCP e da ID.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, sendo discutível dever ou não dar explicações ao que acabou de referir, pois emitiu uma opinião, entendo, apesar de tudo, que devo dar um esclarecimento.

Já tive ocasião de dizer que faço sempre reparos quando há censura de natureza pessoal directa. Tenho permitido certo tipo de linguagens sem qualquer reparo que ultrapassam aquilo que é do meu gosto pessoal e admito que são perfeitamente sensíveis a outros gostos e que são perfeitamente aceitáveis em parlamentos e em linguagens comuns vivas.

Porém, quando se usam algumas palavras que têm uma conotação demasiadamente complexa e muito clara e que nem sequer podem ser utilizadas como linguagem metafórica, para que a Câmara não entre em

derrapagem, entendo que devo chamar a atenção. E fí-lo em relação à palavra «assaltou» — o Sr. Deputado é um homem das humanidades, eu não sou, mas tenho muitas dificuldades em reconhecer qualquer sinónimo para a palavra «assaltar», mesmo em questões metafóricas, que não tenha um aspecto demasiadamente forte e fora da linguagem. Também não conheço outra utilização da palavra «*Fur West*» a não ser para significar qualquer coisa de muito pouco agradável e muito pouco próprio da linguagem comum e parlamentar.

A Sr.ª Natalina Pimpão (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Natalina Pimpão (PSD): — Sr. Presidente, não posso deixar de, apesar de neste momento me parecer que o Sr. Presidente já respondeu ao Sr. Deputado ...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, agradecia que fizesse uma interpelação à Mesa.

A Oradora: — Sr. Presidente, gostaria de saber se, na verdade, aquilo que se está aqui a passar nesta Assembleia é normal ou não. Estou aqui há muito pouco tempo e desde que cheguei ...

Vozes do PS: — Nota-se!

A Oradora: — Nota-se, ainda bem! Ainda bem, porque assim posso fazer estas perguntas e desejar que as coisas corram de outra maneira.

O que me parece, ou melhor, aquilo que eu senti logo que aqui cheguei é que, na verdade, havia da parte da minoria — e desculpem-me, mas esta expressão não tem qualquer sentido pejorativo — ...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Nem podia ter!

A Oradora: — ... uma tentativa de fazer com que ...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, agradecia que fizesse a interpelação à Mesa para não estarmos a continuar com este incidente.

A Oradora: — É rápido, Sr. Presidente, embora tenha que seguir uma certa lógica. Na verdade, parece-me que a minoria tenta fazer com que da parte da bancada do PSD haja uma certa reacção. Naturalmente que as pessoas reagem, pois têm nervos, têm sentimentos!

Aquilo que se passou há oito dias, bem como aquilo que se passou aqui ontem, não pode dignificar esta Assembleia!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Pois não!

A Oradora: — Parece-me, Sr. Presidente, que se está a tentar dar desta Assembleia um aspecto de falta de dignidade. Penso que nós, como sociais-democratas e também como homens e mulheres deste país, temos o direito de exigir que isso não se passe assim.

A Oradora: — Sr. Presidente, há um ou outro Sr. Deputado mais ...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, agradece que fizesse a interpelação à Mesa.

A Oradora: — Sr. Presidente, pergunto se podemos deixar que as coisas continuem a correr desta forma, em que dos nervos de uma noite em que uma pessoa já está cansada se passe no dia seguinte para uma terminologia que, essa sim, já tem um cunho pensado e repensado com a tentativa de fazer com que os ânimos se levantem, para dar uma imagem negativa da maioria nesta Assembleia, dado que em relação ao Governo não têm possibilidades de dar essa imagem.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, faça a interpelação à Mesa, se não, tenho que lhe cortar a palavra.

A Oradora: — Sr. Presidente, não posso deixar de me sentir indignada com esta situação e pergunto ao Sr. Presidente se vamos continuar a deixar que o nosso Parlamento dê para a comunicação social esta imagem.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Está a dar ordens à Mesa!

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, a responsabilidade da condução dos trabalhos pertence à Mesa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, pelo a palavra para dar uma curtíssima explicação à Sr.ª Deputada Natalina Pimpão.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr.ª Deputada, creio que nenhum de nós está aqui com o objectivo de ferir os seus ouvidos.

Penso que confundiu o que gostaria de ouvir, ou seja, que a oposição fosse muito bem comportada em relação à política do seu governo, com o que deve ser e será o papel da oposição, que é o de pôr em causa, questionar e fiscalizar a acção governativa através dos seus direitos na Assembleia da República, que passam também pelo direito do uso da palavra, tal como os partidos da oposição entenderam.

A Sr.ª Natalina Pimpão (PSD): — Isso é outra linguagem!

O Orador: — Se a Sr.ª Deputada se sente magoada, o problema é seu, mas não peça aos partidos da oposição que deixem de falar para não ferir os seus ouvidos sensíveis.

O Sr. Presidente: — Para responder à pergunta oral formulada pelo Sr. Deputado António Mota, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia (Ribeiro da Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho sinceramente muita pena de não ter uma hora para explicar ao Sr. Deputado António Mota o que é o problema das tarifas do Porto.

No entanto, gostaria de chamar a atenção para o seguinte: se na questão que é levantada pelo Sr. Deputado António Mota se fala já em ocupação dos Servi-

ços Municipalizados de Electricidade do Porto — o que é inaceitável —, os termos agora usados ultrapassam a escala aceitável.

Há legislação que vem desde 1982 — nomeadamente os Decretos-Leis n.ºs 344-A/82, 344-B/82 e 262/84, a Portaria n.º 130/87, a Resolução n.º 5/85 do Conselho de Ministros e a Resolução n.º 42/86 do Conselho de Ministros — que fundamenta e dá corpo para que se cumpra a lei no que respeita ao problema do tarifário da electricidade.

Isto não é, como tem sido demagogicamente dito, um ataque ao poder autárquico! O Governo prova que, nomeadamente neste domínio, tem uma atitude de respeito pelo poder autárquico ao discutir nesta Câmara uma proposta de lei para a produção independente de electricidade que vai permitir que o poder autárquico tenha um papel activo na resolução dos problemas ligados à produção de energia eléctrica e à questão energética em geral.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o poder local sente-se, em muitos casos, tal como o demonstram algumas cartas que aqui tenho comigo, indignado com a situação — autêntico romance que se arrasta há dez anos — de privilégio de que têm beneficiado algumas autarquias neste País. Esta é uma situação a que tem sido dada cobertura, criando-se assim desigualdade perante um serviço que é fornecido por uma empresa pública e, portanto, todos os cidadãos deveriam ter tratamento idêntico.

Gostaria também de colocar uma questão ao Sr. Deputado António Mota. Como é que o seu grupo parlamentar defende, por um lado, as empresas públicas, acusando o Governo de sabotar ou criar dificuldades a essas empresas, e, por outro lado, apoia — como tem apoiado os que têm sido os animadores deste processo, os autarcas da APU na Câmara do Porto — o não pagamento das dívidas a uma empresa pública, contribuindo claramente para o afundamento económico e financeiro dessa empresa?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria de ler uma passagem de algumas afirmações de um senhor vereador da APU, que nem é do Porto, mas que mostra bem qual é o espírito que estes senhores têm perante este problema. Diz o seguinte: «Já houve várias rebeldias ao Governo central, o real da água, o motim dos taberneiros, o 31 de Janeiro, o cerco do Porto, ondo o povo do Porto sempre manifestou a sua generosidade contras as atitudes antidemocráticas e reaccionárias da Administração em Lisboa. Esta luta insere-se rigorosamente nesta perspectiva, é uma luta que já vem há dez anos e vai durar outros dez anos ou mais. O Governo é inimigo do Norte e do Porto em particular.»

São, pois, evidentes os propósitos que estão subjacentes a este tipo de atitudes e a esta animação, que é feita de forma absolutamente irresponsável para a regularização desta situação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que está realmente em jogo, Srs. Deputados, é o seguinte: actualmente a factura mensal paga pelos chamados consumidores de recur-

sos débeis no Porto — e que nós respeitamos — é de cerca de 600\$. Com a aplicação gradual da recuperação da tarifa da electricidade essa quantia passará para 728\$. Actualmente o mesmo consumidor em qualquer outro ponto do País paga cerca de 1665\$. Portanto, é no sentido de regularizar esta situação, de modo a haver maior justiça — porque o consumidor dito de recurso débil do Porto representa 60% dos consumidores nacionais —, que o Governo entende que existe já legislação e quadros suficientes que permitam que, finalmente, se defina esta situação.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Secretário de Estado da Energia, a questão que aqui levantei diz respeito aos métodos que o Governo adoptou para resolver um problema.

Consideramos que há órgãos neste país capazes de resolver este litígio e não é pelos métodos que o Governo adoptou que vai resolver este problema, pois são métodos que julgava — bem como toda a população deste país — já afastados de um país democrático como o nosso.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo não adoptou o método do diálogo e quando o Sr. Secretário do Estado fala aqui em legislação, gostaria de lhe perguntar se não é verdade que houve diálogo entre a Câmara Municipal do Porto e a EDP, E. P., promovido pelos senhores e um protocolo para ser assinado no dia 4 de Novembro e só não o foi porque os senhores não quiseram. Por quê? É que fica-me uma dúvida: se o Governo não deixou assinar esse protocolo — que ia satisfazer os interesses da Câmara Municipal do Porto e da EDP, E. P. —, é porque tinha por trás disso algum objectivo para atingir e que era o de tomar conta dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto para daqui a mais cinco anos o passar para a entidade privada, pois sabemos como é que isso se está a processar!

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado me explicasse, porque este problema não está desligado do outro, como é que o Governo apadrinha agora o aparecimento de uma empresa de fornecimento de gás à região do Porto, quando sabe da existência de um estudo feito pela Câmara Municipal do Porto para a criação de uma empresa intermunicipal para fornecer energia alternativa ao Porto. O Governo através de duas empresas públicas fomenta a criação desta empresa mista — duas empresas públicas, mais um grupo económico que conhecemos e que está por detrás disto. Pergunto, pois, o que é que está por detrás disto?

Não é só a «tomada de posse» dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade ou aquilo que referimos sobre a posição e atitude do Governo perante esta situação. Por trás desta posição do Governo estão outras atitudes que, naturalmente, estão explícitas.

Quando o Sr. Secretário de Estado vem aqui dizer que não defendemos o pagamento das dívidas porque não queremos defender as empresas públicas, nós dizemos o contrário: fomos nós que sempre defendemos

que, com a resolução deste acordo e nos prazos que estavam estipulados até à equiparação do tarifário nacional, resolveríamos o problema da dívida à EDP, E. P., bem como o problema dos consumidores de recursos débeis da cidade do Porto.

Portanto, defendemos a EDP, E. P., e as empresas públicas, ao contrário do Governo, que as não defende. Basta ver a situação do sector público empresarial do Estado em que o Governo está apostado!

O que o Governo quer é apresentar-se como defensor da EDP, E. P., virar a população do Porto contra a EDP, E. P., mostrá-la como o «mau da fita» e dizer que o Governo está muito preocupado com a defesa das empresas públicas. Conhecemos os objectivos e a prática do Governo, que desmentem aquilo que o Sr. Secretário de Estado diz.

Gostaria de mencionar aqui um facto que na verdade dá vontade de rir e que é o seguinte: imagine o Sr. Secretário de Estado que durante os cinco anos o Governo dizia à Câmara Municipal do Porto para pagar os 40 milhões de contos que o Governo diz que a Câmara deve — nós dizemos que não deve porque sempre que os Serviços Municipalizados receberam dinheiro dos seus consumidores entregaram-no à EDP e, portanto, não deve.

Mas, como estava a dizer, imaginemos que se essa dívida fosse de 1 milhão de contos, demorava 40 anos a pagar; se fosse de 500 000 contos, demorava 80 anos; mas imaginemos que era de 43 000 contos por ano e, como é óbvio, a Câmara nem metade dessa verba podia dar; sendo assim, o último recibo só era pago no ano de 2988, isto é, no limiar do século XXXI. Pergunto-lhe: como é que quer resolver este problema? Isto são formas de resolver um problema de um órgão autárquico? São formas de resolver os problemas de uma população?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Tal como disse há pouco, o tempo é escasso para explicar as questões de forma séria. Há, no entanto, os seguintes aspectos a ter em conta: o diálogo com a Câmara do Porto arrasta-se desde há dez anos e o Governo tem vindo a negociar esta questão desde o início, continuando negociações que vinham do governo anterior.

No entanto, neste momento há uma situação insustentável, que é a existência de uma série de câmaras que, reclamando um estatuto idêntico ao da Câmara do Porto, começaram a não cumprir as suas obrigações para com a EDP, E. P.

Existem neste momento — e tenho aqui documentos — dificuldades por parte da EDP, E. P., em financiar-se para cumprir com os seus encargos. Por exemplo, em termos de encargos financeiros, no mês de Fevereiro a EDP, E. P., teve cerca de 35 milhões de contos, ou seja, por cada minuto que estamos aqui são 700 000\$ de encargos financeiros que a EDP, E. P., está a suportar.

A EDP, E. P., não pode financiar-se recorrendo a todas as possibilidades porque não tem credibilidade para conseguir negociar com entidades que lhe podiam dar contributos para a resolução desses problemas financeiros, precisamente por não haver um cumprimento da lei e o cumprimento das obrigações por parte das autarquias.

A negociação foi feita e estamos perante um dilema: ou se cumpre a lei, ou temos uma situação em que é difícil controlar uma série de outros municípios que se comprometeram a assumir as responsabilidades que tinham perante a EDP, E. P. Este é o problema que está em causa e julgo que o Sr. Deputado deveria ter conhecimento dele.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não fomos nós que não quisemos assinar o protocolo! O protocolo, em primeiro lugar, nunca falou na dívida — e o cabeçalho do protocolo é «recuperação da dívida» — e quem não quis assiná-lo foi a Câmara, que disse que, dado que o Governo não poupava a dívida e queria continuar a discutir o problema, então recusava-se a assinar o protocolo. A má-fé que estava presente em algumas das pessoas, entre as quais o Sr. Engenheiro Oliveira Dias, no acompanhamento deste processo, está bem presente quando unilateralmente fez uma alteração num artigo do protocolo que referia «normalização das relações entre a EDP, E. P., e a Câmara Municipal do Porto», e acrescentou a expressão «completa» normalização, para no futuro vir a alegar que este protocolo, ao contrário do que diz o cabeçalho, «recuperação do tarifário degradado», também cobrisse a questão da dívida.

Portanto, foi a Câmara Municipal do Porto que não quis assiná-lo porque não aceitou negociar o problema da dívida e foi de má fé que houve o problema da inclusão da expressão «completa normalização da dívida». Julgo que o Sr. Deputado deverá ter conhecimento desse ponto.

O tribunal arbitral deu já cobertura, aceitou e reconheceu a existência da dívida da Câmara Municipal do Porto à EDP, E. P. É evidente que o Governo é responsável e não ia garrotear — e não vai garrotear — o orçamento da Câmara e, portanto, o problema deverá ser tomado, como aliás foi referido na última carta que foi escrita àquela Câmara de uma maneira responsável.

O que não podemos é aceitar que 143 milhões de contos de dívidas das câmaras à EDP sejam riscados do activo da empresa e passem para a rubrica «inconbráveis», porque isso é afundar radicalmente a EDP.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta oral ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O CDS segue com preocupação o conflito que está a opor o Governo à Câmara Municipal do Porto e — atrevia-me mesmo a dizer — à grande maioria do povo do Porto. É uma questão difícil, é uma questão complexa, que tem de ser encarada na sua dimensão. O CDS sabe que é uma questão que se arrasta há muitos anos — há mais de dez anos, Sr. Secretário de Estado, vem desde os anos 50 — e o CDS vê no problema três questões diferentes: em primeiro lugar, a fixação das tarifas e não a sua uniformização, como o Governo tem vindo a dizer; em segundo lugar, o método utilizado pelo Governo para resolver o diferendo com a Câmara do Porto; e em terceiro lugar, o valor jurídico e político desse método. Era sobre isto que gostaríamos, rapidamente, de dar a nossa opinião.

Em primeiro lugar, o problema da fixação das tarifas. Sr. Secretário de Estado, penso que a Câmara Municipal do Porto não pede favores ao Governo. V. Ex.^a não pode vir aqui dizer que a Câmara do Porto quer um tratamento de privilégio em relação a outros municípios. O que a Câmara do Porto diz é que não foi correcto o procedimento adoptado em 1978 de uniformizar as tarifas directamente ao consumidor. Essa uniformização não é correcta, embora seja correcto — obviamente que sim — que os serviços que recebem a tarifa em alta tensão a tenham de pagar por esse preço. Nesse ponto estamos de acordo. Agora os serviços podem ter economias de custos que possibilitem colocar essa electricidade nos consumidores a preços mais baixos. Não deve o Governo af obrigar os consumidores a pagarem um preço que o Governo estipula, sabendo que pode haver — e havia — nos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade economias de custo que poderiam reflectir-se no preço final da electricidade.

O problema da fixação das tarifas e do seu pagamento tem vindo a arrastar-se. Por que é que não foi resolvido? A culpa não foi da Câmara Municipal do Porto, nem dos municípios do Porto. Houve várias tentativas para resolver o problema. Só que, quando ele estava quase a ser solucionado, os Governos mudavam, a EDP mudava de gestão e tudo ficava adiado. É esta a razão.

A pergunta muito concreta que lhe faço, Sr. Secretário de Estado, é a seguinte: por que é que, estando praticamente assinado um protocolo entre a EDP e a Câmara Municipal do Porto, subitamente, sem uma explicação pública, sem que o Governo tenha dito à população do Porto o que se passava — como era seu dever fazê-lo —, esse protocolo não é assinado, é metido na gaveta e nada mais se diz?

V. Ex.^a refere que a culpa foi da Câmara do Porto. Não é essa a minha informação. Segundo sei, a Câmara Municipal do Porto estava disposta a assinar esse protocolo e só o não fez porque a EDP, que também tinha chegado à posição de assinar o protocolo, subitamente e sem explicar porquê recuou nas posições que inicialmente tinha adoptado. Foi V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, foi o Governo a que V. Ex.^a pertence, que deu essa ordem? Foi o Governo que fez a EDP recuar nas posições que assumiu? Se foi, por que o fez?

Não diga V. Ex.^a que o problema é um problema legal porque, salvo o devido respeito e toda a consideração que tenho por si, não é um problema legal. O que a resolução do Conselho de Ministros diz é que o prazo de liquidação pode ir até cinco anos...

O Sr. Presidente: — O seu tempo acabou, Sr. Deputado, mas queira terminar e abreviar as suas palavras.

O Orador: — Vou tentar, Sr. Presidente, sob pena de não conseguir explicar-me. Esta é uma questão séria, pelo que pedia a generosidade de V. Ex.^a para mais alguns segundos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a possibilidade, uma vez que está na primeira intervenção, de regular o seu tempo com o de uma segunda pergunta. Conjugue os dois tempos, se faz favor.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Perguntava, portanto, ao Sr. Secretário de Estado: porquê o prazo de cinco anos? Bastava que ao

Governo, se tivesse vontade política para resolver o assunto, fizesse uma nova resolução do Conselho de Ministros alargando esse prazo.

O prazo de cinco anos não consta expressamente no decreto-lei, consta de resolução do Conselho de Ministros, e nada mais normal e natural que um alargamento desse mesmo prazo. Tanto mais que a própria EDP já tinha consentido esse alargamento.

Finalmente e em estilo de telegrama: o método utilizado, Sr. Secretário de Estado, não é assalto, obviamente, mas aquilo que, em direito administrativo, se chama «sequestro administrativo». Não é nenhuma ofensa ao Governo, é o sequestro administrativo que o Sr. Prof. Marcelo Caetano trata abundantemente nas suas lições de direito administrativo e sobre o qual o Sr. Prof. Freitas do Amaral elaborou um trabalho. É um sequestro administrativo que se aplica às concessionárias que não cumprem as suas concessões. Só que não é esse o caso vertente. Fazemos aqui apenas uma aplicação analógica do conceito de sequestro que, até hoje, nunca tinha sido aplicado na história jurídica portuguesa. O problema que se coloca é saber da constitucionalidade — e com isto termino — da medida adoptada. Temos para nós que a medida do Governo é inconstitucional. Não temos dúvidas que é inconstitucional, uma vez que o decreto-lei que V. Ex.^a cita, de 1982, é diferente daquilo que V. Ex.^a diz. O diploma de 1982 prevê que esta medida possa ser tomada «desde que proposta pelos municípios», repito, «desde que proposta pelos municípios». E é posteriormente, em 1984, durante o governo do bloco central, que aparece um outro decreto-lei onde essa proposta do município é eliminada. Só que esse decreto-lei, dessa forma, é possível e passível de fiscalização da sua constitucionalidade, uma vez que a Constituição obriga à descentralização e este é um acto tipicamente de centralização, que contraria frontalmente...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já há pouco lhe pedi que utilizasse o seu tempo conjugando-o com o de uma segunda pergunta. Há uma certa tolerância da Mesa para que as coisas funcionem, mas se não há limites a essa tolerância não vamos a lado nenhum. Faça o favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino, Sr. Presidente, dizendo que esta medida do Governo é manifestamente inconstitucional. Depois terei ocasião de fazer outras perguntas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Vou tentar responder a alguns dos pontos que o Sr. Deputado Basilio Horta levantou. Em primeiro lugar, a questão não se coloca em termos do problema do preço ao consumidor final ou do preço pago à EDP. Em 1978 fez-se realmente essa uniformização do tarifário nacional e a Câmara do Porto cumpriu esse tarifário nacional. Portanto, os chamados direitos históricos remetem a 1978. Foi a partir de 1983 que a Câmara do Porto deixou de cumprir o tarifário nacional. Portanto, em 1978 a Câmara do Porto estava no bom caminho de transmitir, através dos preços, a nova realidade do custo da energia. E é esse o problema. Se, na realidade, no tempo do Prof. Ferreira Dias a electricidade era barata e abundante naquela região, é para isso que servem os preços, para transmitir a abundância de um determi-

nado bem ao serviço em cada momento. Em 1978 foi, portanto, cumprido esse tarifário e foi em 1983 que a Câmara Municipal do Porto o deixou degradar e assumiu a responsabilidade dessa degradação. Foi também de 1981 a 1983 que a Câmara Municipal do Porto não fez qualquer pagamento à empresa Electricidade de Portugal. A partir daí a forma como a Câmara Municipal do Porto decide o que paga à EDP é uma forma no mínimo curiosa e que tem uma certa especificidade em termos de gestão: cobra o que entende ao consumidor final, tira o que entende para manutenção dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade e o resto entrega à EDP, que não chega sequer a 40% do que é facturado a nível nacional.

Outro ponto que queria referir, na sequência do que respondi também ao Sr. Deputado António Mota, é o seguinte: não foi o Governo que parou o processo negocial, foi a EDP que não conseguiu entender-se com a posição assumida pela Câmara Municipal do Porto quando esta disse que não aceitava a dívida. Há um comunicado emitido na altura pelo PCP cujo *slogan* «o Porto não deve nada a ninguém» nele contido foi depois adoptado pela Câmara Municipal do Porto. A partir daí fica bem clara a posição da Câmara Municipal do Porto, posição que foi aliás votada na última reunião da autarquia, em que se abstiveram quatro vereadores do PSD. Nela foi salientado ser inaceitável, por parte daquela Câmara Municipal, o pagamento da dívida à EDP.

Por outro lado, o assunto do tempo de recuperação da dívida dos chamados consumidores débeis é um problema extremamente complexo. O consumidor dito débil no Porto é um consumidor de 1250 kW/hora/ano. Ora 60% dos consumidores do País consomem isso. A haver uma situação de privilégio — que já há porque se concede à Câmara Municipal do Porto cinco anos para recuperar essa tarifa — que se alargasse a dez anos, criar-se-ia uma circunstância de desigualdade e nós tivemos a pressão, continuamos a ter a pressão — e tenho comigo cartas que o provam — de várias autarquias que aceitaram a recuperação em cinco anos e que, muito naturalmente, se insurgem contra uma situação de particular benesse para com a Câmara do Porto.

Queria, no entanto, desdramatizar esta questão e é com números que a questão tem que ser vista. Sr. Deputado, neste momento, um consumidor dito débil que consuma 1200 kW/hora/ano no Porto paga 532\$ de factura de electricidade, enquanto o consumidor nacional paga 1665\$. Se a recuperação do tal consumidor débil se fizesse em dez anos, ele passaria a pagar, a partir de Abril próximo, 648\$. Se cumprir a recuperação em cinco anos, paga 728\$. A diferença é de 80\$ por mês entre a recuperação em cinco anos, como irá ser feita, e a recuperação em dez anos, como a Câmara Municipal do Porto queria, criando-nos problemas de desigualdade e de grande dificuldade em fazer cumprir e disciplinar esta situação ao nível do resto do País. É isto que, efectivamente, aqui está em jogo.

Queria dizer ainda que, se fizermos contas ao que os consumidores que têm mantido no Porto a tarifa já conseguiram beneficiar, a situação é extremamente interessante. Leio-vos alguns números que alinhavei. Desde 1983 que o tarifário no Porto, ao não ser actualizado, cria a situação seguinte: a diferença que se tem mantido desde 1983, já sem contar os períodos anteriores, ...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo esgotou-se. Faça o favor de terminar e de abreviar as suas considerações.

O Orador: — ... é suficiente não só para comprar novo equipamento, como para poder considerar como pura perda os electro-domésticos que entretanto foram utilizados nesse período. E mais, depois de comprar novos electro-domésticos adequados a outras formas de energia o consumidor do Porto fica ainda com um diferencial e um ganho de 56 000\$ ou de 2000\$, conforme compre respectivamente equipamento todo eléctrico ou equipamento combinando o gás e a electricidade. São estes os números, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir um esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começamos a compreender por que é que este conflito...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Números, Sr. Deputado, não se esqueça de números!

O Orador: — O negócio do Sr. Deputado Silva Marques é números. Isto aconteceu-lhe depois da Lei Orgânica?

Risos.

Para o CDS fica mais claro por que é que o Governo tem este problema com a Câmara Municipal do Porto. Tem-no porque o Governo encara a relação com o poder autárquico — e fundamentalmente com a autarquia do Porto, que é a segunda do País — da maneira como o Sr. Secretário do Estado aqui vem dizer: números, consumidores, diferenças de 100\$ para mais ou para menos. Todos os métodos são, portanto, justificados com os números que apresenta.

Sr. Secretário de Estado, não tenho acesso aos números que o Sr. Secretário de Estado tem, mas há uma coisa que lhe pergunto: por que é que o povo do Porto, se é tão pequena esta diferença, por que é que o Município do Porto — e não é apenas o Partido Comunista, Sr. Secretário de Estado, não faça essa injustiça aos vereadores do CDS e a outros vereadores da Câmara do Porto — estão indignados com esta decisão? Se é uma coisa tão pequena, por quê esta indignação? Das duas uma: ou V. Ex.^a não tem razão, ou V. Ex.^a não explicou o problema, como era seu dever fazer, à população do Porto, ou alguma coisa então está menos certa neste processo.

De qualquer forma, Sr. Secretário de Estado, quando a autarquia local diz que não deve nada à EDP é no sentido de ter uma actuação especial. V. Ex.^a sabia que havia câmaras que recebiam o dinheiro do consumidor e não pagavam à EDP. Na Câmara do Porto isso não aconteceu nos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade. Tudo o que se recebeu do consumidor foi pago à EDP. Não é correcto falar-se em dívida da forma que o Sr. Secretário de Estado o faz. O que há é um acerto de contas. Nunca ninguém discutiu a necessidade de fazer esse acerto de contas e estava-se à beira de se ter conseguido isso.

Perguntei a V. Ex.^a e V. Ex.^a não respondeu: por que é que aquilo que a EDP tinha conseguido e tinha consentido o Governo desautorizou, o Governo recuou?

Porquê? Foi o imperativo legal? Não há imperativo legal! Isto V. Ex.^a deve explicar-me.

Por outro lado, há vários métodos — e isto é um aspecto muito importante — de dirimir conflitos. Não há apenas o método da força, da autoridade, da prepotência. Não há apenas isso. Há o método da conciliação, há o método da arbitragem e há o método dos tribunais. Para isso é que eles existem. Para que é que o Governo vai utilizar o método administrativo? Por que é que entra com a polícia nos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto? Por que é que viola o espírito da Constituição? Por que é que não recorre à arbitragem, aos tribunais, como é normal fazer quando se dão conflitos desta natureza? O que seria do País se todo e qualquer credor pudesse amanhã cobrar os seus créditos desta forma, ocupando as empresas devedoras e fazendo-se pagar pelas suas próprias mãos? Isto não tem nada a ver com demagogia, tem a ver com o relacionamento entre o poder central e as autarquias locais, que nenhuma maioria pode esquecer, sob pena de este ser mais um conflito de profundos reflexos políticos e que tem de preocupar todos aqueles que prezam a democracia, que prezam o pluralismo e que prezam a liberdade, que não se confunde com maioria absoluta e que deteriora as relações dessa convivência que devem existir entre o poder central e as autarquias locais, que é uma questão de Estado que a todos, sem exceção, dever preocupar.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Energia: — Sr. Deputado, é muito fácil, como todos nós sabemos, arregimentar pessoas. Não é por 100\$, pode ser por um tostão, e, se calhar, era isso que alguns queriam. Seguindo estritamente a norma que é praticada entre um credor e um devedor, o que aconteceria era o credor cortar os abastecimentos. Se calhar era isso que se queria, que se fizesse o corte de electricidade à Câmara do Porto. Naturalmente, é o bom senso que leva a que não seja esse o caminho que irá ser percorrido.

Aplausos do PSD.

É realmente uma questão de bom senso!

Sobre o posicionamento dos tribunais, como já disse, houve já um tribunal arbitral que deu razão à EDP, ao reconhecer a existência dessa dívida. Na realidade, o Sr. Deputado não está bem informado quando diz que a Câmara do Porto sempre pagou. Como já disse, durante 20 meses, entre o ano de 1981 e o de 1983, a Câmara do Porto não pagou um tostão, começando a pagar, a partir de 1983, cerca de 30% a 40% da factura.

Esta situação não é qualitativamente diferente da de outras câmaras ...

O Sr. Basílio Horta (CDS): — É, é!

O Orador: — ... que encontram justificação para o não cumprimento das suas obrigações a cobro da situação que existe na Câmara do Porto, que é a de cobrar e nada entregar à EDP. A situação aqui não é qualitativamente diferente da de outras situações, Sr. Deputado!

Gondomar cobra menos ao seu consumidor, decidiu fazer um preço ainda mais simpático ao seu consumidor do que a Câmara do Porto. A diferença não é qualitativamente grande ...

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Não é verdade! Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Não, Sr. Deputado.

O que acontece é que, enquanto a Câmara do Porto cobra o que entende, tira o que entende para a gestão dos seus serviços municipalizados, que autofinancia a 100%, entregando o resto à EDP, a EDP não se consegue financiar a 1% a nível nacional. Esta forma de gestão é particularmente curiosa!

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Não é verdade!

O Orador: — Ora, como Gondomar cobra menos ainda, o resto é nulo, e daí não entregar nada à EDP. Portanto, a situação não é qualitativamente diferente.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Secretário de Estado, diga-me só uma coisa: é ou não verdade que o primeiro acto da EDP, quando «sequestrou» tecnicamente os Serviços Municipalizados, foi o de aumentar imediatamente o pessoal dos próprios Serviços, que ganhava enquanto Serviços e passou a ser abrangido pelo correlativo da EDP? Diga se não é verdade!

O Orador: — Sr. Deputado, concretamente, a única coisa que tenho a dizer-lhe — e aproveito para responder a uma questão levantada pelo Sr. Deputado António Mota — é que a forma como a EDP faz a gestão dos Serviços está regulamentada pela Portaria n.º 130/87, não fomos nós que fizemos toda a campanha para que os Serviços Municipalizados fossem integrados na EDP. Estamos contra essa política, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... mas agora o processo é inexorável: a EDP tem 23 000 trabalhadores ...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe o favor de terminar, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Queria chamar a atenção da Câmara para esta situação: a EDP tem uma dívida de 950 milhões de contos, pelo que tem de se moralizar a situação dos devedores perante a EDP, e isto não tem nada a ver com os problemas internos da empresa. As dívidas à EDP são de centenas de milhões de contos e os encargos financeiros, por minuto, que a EDP está a pagar são de 700 contos. A EDP tem, em Março, encargos financeiros de 35 milhões de contos e não pode recorrer a apoios e a financiamentos de instituições bancárias porque estas não encontram credibilidade em que os devedores à EDP cumpram as suas obrigações. Está aqui!

Aplausos dos PSD.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta oral ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários de Estado, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: O Sr. Ministro sabe que o aumento da função pública tem vindo a ser objecto de uma certa inquietação social no País. Mas não é isso que hoje está em causa, mas o corte que foi feito, dentro da função pública, entre o escalão do pessoal dirigente e o do pessoal não dirigente.

Ora, até agora o Governo não justificou — e ontem pedimos para saber as razões — por que é que vai fazer isso, com que critérios vai dividir o pessoal, quais são as diferenças que existirão entre o pessoal dirigente, o pessoal médio — ou os quadros médios —, o pessoal não especializado e o pessoal que está no fim da escala. Não se sabe ainda o que é que se deve entender por director-geral, uma vez que há muitas funções assimiladas à de director-geral, não se sabe ainda, não tomando em consideração o que vai ser dado devido ao pagamento do imposto profissional, portanto, não tomando em consideração a primeira prestação para o imposto profissional, qual vai ser o verdadeiro aumento desse pessoal.

Ou estamos enganados ou houve aqui alguma coisa que não bateu certo: é que nos corredores da Assembleia da República alguns deputados mostraram-me cópias de um despacho que se dizia ser ministerial e onde, diziam, o aumento já estava fixado. Devo dizer, em abono da verdade, que não vi a assinatura do despacho, mas apenas um papel, um texto dactilografado. Perguntaram-me até se eu queria uma fotocópia. Pois bem, eu disse que não me interessava ficar com uma fotocópia porque o despacho estava para sair dentro de um, dois ou três dias e também porque não sou curioso. Não valia a pena trazer o despacho dactilografado para mostrar aos amigos que estava no segredo dos deuses, para mostrar a minha proximidade ou a minha pertença à classe política ou a minha proximidade a determinados centros de poder!

O que se verificou — e, por isso, digo que foi uma brincadeira de Carnaval ou tratava-se de um documento apócrifo ou as pessoas que me mereciam fé deixaram de me merecer, e tenho imensa pena porque são pessoas que realmente me mereciam fé, e desde aquele dia parece-me que tenho de duvidar desses meus amigos de velhos anos — é que sobre o assunto, até agora, não saiu absolutamente nada. E porquê? Comprendemos: é que este aumento tem directamente a ver com o pessoal político, está assimilado ao pessoal político. Houve críticas de determinadas personalidades da oposição no sentido de que achavam um exagero o aumento do pessoal político, e tudo leva a crer que o Governo meteu no bolso aquilo que já tinha feito. Isto é, havia um despacho que o Governo teve de engolir. Agora diz que não há nenhum despacho, que tudo não passou de uma miragem e que realmente ainda está a proceder a estudos.

Gostava de saber se o Governo pensou ou não pensou em fazer este corte nos aumentos do pessoal dirigente e não dirigente da função pública, qual é a percentagem desse aumento, se não está ainda fixado qual será a sua ordem de grandeza e, principalmente, por que é que está a demorar a sua divulgação.

Estamos já no mês de Fevereiro e, naturalmente, as pessoas precisam saber com o que podem contar. Em qualquer empresa, esses estudos fazem-se em Outubro, Novembro, Dezembro, para que os aumentos entrem em vigor no mês de Janeiro. Os ministérios são departamentos tecnocráticos, são ministérios fortes em con-

tas, são ministérios fortes na gestão do Orçamento, na gestão do pessoal, em todas as técnicas modernas. Por isso, não compreendemos como uma coisa que devia ser feita em Novembro e Dezembro, para que todos soubessem na altura do Natal o que receberiam em Janeiro, estando em meados de Fevereiro, ainda nada se saiba quanto aos aumentos dos quadros dirigentes da função pública.

Uma voz do PS: — Para a Páscoa!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Antônio Capucho): — Sr. Deputado Narana Coissoró, respondo às questões que V. Ex.^a levanta da seguinte maneira: pergunta-me as razões e as razões constam do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 383-A/87, de 23 de Dezembro, onde o Governo reconhece implicitamente a necessidade de proceder a uma actualização especial em relação às chefias, aos cargos que referiu, e foram por mim desenvolvidas na intervenção produzida nesta Câmara e neste lugar faz exactamente hoje oito dias. De resto, devo dizer que estranhei a pergunta, na justa medida em que, tanto quanto me lembro, o CDS não participou nesse debate. Ontem reparei que V. Ex.^a fez chegar à Mesa uma declaração de voto sobre a matéria — é direito do CDS não participar —, mas suponho que as razões foram explicitadas por mim aqui.

De resto, insisto, estão enfaticamente referidas no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 383-A/87, que já faz referência, no essencial, àquilo que consta no Programa do Governo. O Programa do Governo reconhece esta situação e aponta no mesmo sentido que o decreto-lei. De resto, o decreto-lei é de 23 de Dezembro e até agora não foi submetido à ratificação por esta Assembleia da República. Supomos, portanto, que as razões — e é legítima a nossa suposição — implícitas a esta iniciativa são consensuais: há necessidade de actualizar, um pouco extraordinariamente, os vencimentos dos titulares destas funções.

Quais são os directores-gerais? Não percebi bem a pergunta que V. Ex.^a me pôs. Bem, são aqueles que constam deste diploma e aqueles que por lei lhe estão equiparados, desde que exerçam, efectivamente, funções de chefia.

A terceira questão é relativa à cópia do despacho. Não conheço nenhum despacho, o Sr. Ministro das Finanças — que está a meu lado — refere que ignora totalmente esse despacho, pelo que alguém atirou para o ar com uma determinada percentagem de aumento, percentagem que não faz nenhum sentido, que é tão válida como qualquer outra. Se, efectivamente, havia um documento, o Governo ignora-o totalmente — V. Ex.^a reconhece que nem sequer estava assinado —, porque fundamentalmente o que tenho de reconhecer, Sr. Deputado Narana Coissoró, é o que é óbvio: o aumento que for atribuído está directamente conexionado com o vencimento de todos os titulares de cargos políticos. Existe uma cláusula que faz repercutir automaticamente a percentagem de aumento do vencimento de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, através de uma cláusula existente na Lei dos Titulares de Cargos Políticos, em todos os vencimentos respectivos. Por isso, se é verdade que está conexionado, não é verdade que o Governo se tenha assustado com essas

notícias de, suponho, 60%. Não tem razão nenhuma para assustar-se. Dissemos claramente que estão em curso estudos que, de resto, li há pouco nos jornais terem sido já entregues ao Sr. Primeiro-Ministro hoje — sabem mais do que eu, pois não faço a mínima ideia se foram ou não. Os estudos estavam em curso na semana passada, quando aqui os referi, e sem eles não era possível tomarmos uma decisão.

O assunto é extremamente complexo, como V. Ex.^a sabe, como toda a gente sabe — o sistema remuneratório na função pública e sua conexão com os titulares de cargos políticos —, e no final desses estudos evidentemente que tomaremos decisões, entre elas a apresentação à Assembleia da República da proposta de lei a que nos referimos no diploma que ontém acabámos por aprovar na generalidade e que será votado, espero, em votação global final, na próxima quinta-feira.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A título incidental, Sr. Ministro, devo dizer-lhe que me encontrava na bancada quando fez a sua intervenção no passado dia 8. Tive mesmo o ensejo de lhe dizer por que é que me tinha de ausentar, e isso consta da acta. Encontrava-me sozinho e tinha de ir para uma conferência de líderes, mas disse que havia de seguir o debate pela acta. E segui. Não fui entregar a minha declaração de voto, mas li-a aqui, critiquei algumas das passagens do seu discurso e levei em consideração o debate aqui havido. Portanto, acompanhei atentamente este debate e não sei por que razão V. Ex.^a diz que o CDS não participou. Tanto participou que, na declaração de voto, mostra claramente que seguiu o debate.

Mas isto é uma maneira de desvalorizar, de dizer que o debate em que os deputados não intervêm, mas batem palmas, é melhor do que aquele em que os deputados lêem, estudam e fazem uma declaração de voto e a mandam para a Mesa ou dizem o que entendem. Está bem, são critérios!

A única coisa que a mim me faz espécie é o facto de a fixação dos vencimentos ser uma matéria complexa. Mas o Governo, como governo competente que diz ser, tinha de fazer o seu estudo não no mês de Janeiro ou no mês de Fevereiro. Se tinha esta ideia, que é boa e aplaudimos, devia ter iniciado os seus estudos mais cedo. Disse ontem neste Plenário que não podemos viver com uma visão miserabilista do funcionalismo público, dos directores-gerais, das funções de chefia. O Governo tem de dignificar as chefias, tem de lhes pagar bem se quer ter nos seus quadros pessoas competentes, pessoas responsáveis, pessoas que realmente queiram ajudar ao desenvolvimento e progresso. Se é esse tipo de quadros que se pretende, temos de lhes pagar o que merecem, e todo o dinheiro é pouco para pagar o bom trabalho. Disse isso, escrevi isso, mandei isso para a Mesa.

Não é o Sr. Ministro quem está em causa. O que está em causa é a demora do Governo, que espera o mês de Janeiro para fazer um estudo que devia ter sido feito nos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. Por que é que só agora se fazem os estudos, quando o Governo deveria apontar para a entrada em vigor dos novos vencimentos no passado dia 1 de Janeiro? Para o Governo tudo é complexo, para o Governo tudo é muito esquisito, para o

Governo tudo tem de ser estudado à última hora, de afogadilho, e o Governo anda a reboque das críticas e não programa politicamente o que consta do seu programa de governo. Só quando chovem as críticas procede aos respectivos estudos, como já aqui vimos a nível do Ministério da Saúde e do Ministério da Energia. Por isso, não tem resposta para esta Assembleia em aspectos essencialíssimos, como é o de dizer qual o aumento, no mês de Fevereiro, dos cargos de chefia da função pública.

Aplausos do deputado Eduardo Pereira, do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar esclarecimentos, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Deputado Narana Coissoró, em primeiro lugar, quero confirmar que, de facto, V. Ex.^a teve a amabilidade de, na sessão anterior, me referir aquilo que acaba de dizer, ou seja, quais as razões por que teria de ausentar-se. Não me recordava desse pormenor, mas é um facto que o CDS não estava presente nessa bancada e o CDS não é apenas o Sr. Deputado Narana Coissoró!... Isso, no entanto, é irrelevante para a matéria em discussão, como também me parece irrelevante estarmos a tratar do atraso desta matéria. Qual é o prejuízo? Qual é o problema? É tão grave assim haver algum atraso, se é que há? O Governo, quando apresentou esta proposta, referiu que os estudos estão em fase de ultimação. Sabemos perfeitamente que estamos em meados de Fevereiro ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Posso interrompé-lo, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Isso é grave sob o ponto de vista da eficiência, isto é, não é grave trazendo porque V. Ex.^a julga que os directores-gerais têm economias suficientes para aguentar e esperar pelos aumentos.

Estavam aqui atrás a dizer, em aparte: «Estás à 'rasca' porque ainda não te aumentaram.»

Risos do PSD.

É esse o tom com que o PSD e os deputados da maioria levam estes debates; é com galhofa, quando os problemas são sérios! Os deputados da maioria discutem neste tom.

V. Ex.^a, Sr. Ministro, não me venha dizer qual é o problema. O problema é o da eficiência, é o de saber se realmente o Governo é suficientemente eficiente para dizer que no dia 1 de Janeiro os funcionários de chefia têm ou não têm esse aumento. Como não soube fazê-lo, é ineficiente.

Aplausos do CDS e de alguns deputados do PS.

O Orador: — Sr. Deputado, costumo ser aberto aos pedidos de interrupção, mas, de facto, tenho de referir ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito obrigado!

O Orador: — Não, não era para isso, Sr. Deputado; era para referir que a forma que V. Ex.^a usou não me parece que seja a melhor. Interromper quem está no uso da palavra e fazer discursos para a maioria quando quem está a intervir sou eu, é o Governo, e não a maioria, parece-me pouco correcto, mas não é relevante, ...

Protestos do deputado Narana Coissoró, do CDS.

... continua a não ser relevante. Em suma, estou a considerar que as intervenções de V. Ex.^a a propósito desta matéria só se prendem com a crítica, absolutamente incompreensível, de que o Governo está atrasado (na opinião de V. Ex.^a) um mês e meio. A minha resposta é a de que os estudos são complexos, pois, se entrou em vigor a nova tributação sobre os titulares de cargos políticos, entrou também e fundamentalmente a relativa aos trabalhadores da função pública, que introduz vectores absolutamente novos, que têm de ser considerados atenta e profundamente por quem está a fazer esses estudos. Penso que esses estudos não chegaram ainda ao Governo, a não ser que — e evidentemente admito essa hipótese — tenham chegado nos últimos dias, a fazer fé nas notícias dos jornais.

O Sr. Deputado não deve estar tão preocupado quanto a isso, não pelas razões que eventualmente lhe tenham sido referidas em aparte, mas porque efectivamente, em relação aos funcionários públicos, ficou muito claro no diploma que os aumentos eram retroactivos a 1 de Janeiro deste ano, pelo que a gravidade do assunto, parece-me, cai pela base e não há fundamento para tanto alarido à volta desta questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta escrita ao Governo, tem a palavra Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): Sr. Ministro, ficámos os dois para o fim, ficámos em boa companhia, com certeza. Mas, Sr. Ministro, a calendariização da sessão não foi feita por nós; portanto, se ficámos os dois para o fim, a responsabilidade não é nossa.

Sr. Ministro, estamos preocupados com os trabalhadores — e os industriais também estão bastante preocupados —, com a situação económica e financeira do País e creio que, com certeza, o Governo e o Sr. Ministro, em particular, também estarão preocupados. Parece-me que uma preocupação destas pode ser classificada de patriótica, e não de provocatória, como já tivemos oportunidade de ler na imprensa que publicita frases e comentários de altos ou do mais alto responsável pela governação quando classifica de provocatórias as expressões de dúvida, de crítica ou de preocupação sempre que partem da oposição.

Bem sei que o Sr. Ministro das Finanças é optimista por natureza e tem-no demonstrado mais de uma vez. Nós, Sr. Ministro, não comungamos desse mesmo optimismo, nem nós, nem os trabalhadores, nem a população em geral, nem até, como temos verificado e diariamente se lê nos jornais, os industriais e investidores.

Sem querer entrar em polémicas desnecessárias, Sr. Ministro, e dado o adiantado da hora, pretendia apenas que V. Ex.^a pudesse esclarecer-nos sobre alguns aspectos da actividade governamental, nomeadamente

quanto à situação da balança comercial e da nossa indústria. Não lhe vou citar números, pois na pergunta escrita ia lá uma série de números, todos eles percentagens retiradas de seis ou sete publicações oficiais.

Sr. Ministro, durante os primeiros onze meses, o défice comercial em Portugal cresceu sensivelmente ou mesmo exageradamente, ou seja, cerca de 66%. Tem-se afirmado que isso resultou de uma expansão excessiva do consumo, aliada a um aumento global da procura. No entanto, Sr. Ministro, a nossa produção industrial, perante tal crescimento da procura, não acompanhou esse desenvolvimento. A indústria em concorrência com o exterior aproveitou muito pouco o aumento da procura e, Sr. Ministro, foi ainda mais grave porque a sua capacidade de produção não aproveitada era de cerca de 20%.

Julgamos poder estar perante algumas sérias dificuldades de concorrência que aparecem muito mais agravadas quando a comparação se faz apenas com a CEE, em relação à qual as nossas exportações cresceram cerca de 24% e as importações 41%. Mais grave ainda é o saldo negativo, que mais do que duplicou, pois era de 90 milhões de contos e passou a ser de 163,4 milhões de contos.

Sr. Ministro, sendo 1988, segundo anuncia o Governo, um ano de contenção da procura tanto a nível do consumo como do investimento, que medidas vai o Governo tomar?

Sr. Ministro, era importante que, perante o actual quadro, nos dissesse que política vai adoptar no sentido de tornar mais suportável o défice da balança comercial, de tornar competitiva a indústria portuguesa, por forma a evitar-se a invasão constante e, creio, exagerada dos nossos mercados por produtos estrangeiros, em detrimento dos produtos nacionais.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe): — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, vejo que se declara preocupado com a situação financeira do País. Mas, Sr. Deputado, por amor de Deus!..., se hoje está preocupado com a situação financeira do País, o senhor aqui há uns anos atrás deve ter vivido uma situação dramática (*risos do PSD*) e perfeitamente angustiante.

Então com uma situação financeira do País que é seguramente a melhor desde 1974 — para referir só o período da democracia —, o Sr. Deputado fala em preocupação com a situação financeira do País quando as reservas cambiais do Banco de Portugal estão, como nunca estiveram, bastante acima de 3000 milhões de dólares e com um défice do sector público que, em percentagem do produto, tem vindo a descer muito significativamente?! Sr. Deputado, o défice do sector público alargado (administrativo e empresarial) chegou a estar perto dos 25% do produto em 1982 e agora está perto dos 10% do produto; as empresas estão declaradamente numa situação de progresso; a banca acaba por ter o ano de 1987 como um dos melhores anos de sempre!

Ó Sr. Deputado, então fala-me em preocupação sobre a situação financeira do País quando o investimento bruto cresce, em 1987, 20% em termos reais? Esse é o melhor crescimento de que tenho memória no país em que vivemos. O investimento bruto, em termos reais, com este crescimento, justifica, de facto, um

défice da balança de bens e serviços, dada a nossa dependência estrutural, dependência essa perante o exterior, que só se corrige com um grande esforço de investimento — ele próprio a gerar défice nos primeiros anos. É essa, aliás, a lógica do nosso programa de correcção estrutural do défice externo e do desemprego.

Sr. Deputado, a balança de transacções correntes, que agrega, como sabe, a balança de bens e serviços mais outros componentes nas nossas relações externas, em 1987, tem um *superavit* da ordem dos 600 a 700 milhões de dólares positivos!

Voltando ao investimento, que explica em grande parte o défice da balança de bens e serviços, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria transformadora em Portugal, que produz bens de investimento e que, portanto, fornece essa procura de investimento em Portugal, está no nível dos 84%, o que é um nível *record*. Significa isso que não estamos com a capacidade produtiva totalmente utilizada. Contrariamente ao que o Sr. Deputado diz nos seus pressupostos, nunca é possível atingir a taxa de 100%. Isso, operacionalmente, é impossível. A taxa de 80% é uma excelente taxa de utilização da capacidade produtiva. É claro que um investimento bruto a crescer 20% e uma taxa de utilização da capacidade produtiva da nossa indústria, que fornece o investimento, totalmente utilizada implicam importações. As importações de equipamentos cresceram em 1987 cerca de 38% em volume, Sr. Deputado! Não me vai dizer que isto não representa um enorme esforço de modernização da economia portuguesa?!... E ainda bem que estamos em economia aberta e concorrencial — felizmente para Portugal e contrariamente às sugestões que o Sr. Deputado parece fazer quando fala em evitar a invasão dos nossos mercados por produtos estrangeiros e em tornar suportável o défice da balança comercial —, porque isso dá-nos quase garantias certas de que este esforço de modernização, este grande esforço de investimento, vai implicar que daqui a uns anos tenhamos, finalmente, a correcção estrutural do nosso défice externo.

Finalmente, Sr. Deputado, gostaria só de dizer-lhe o seguinte: o défice da balança de bens e serviços em 1987 é apenas 5% a 5,5% do produto de 1987.

Olhe, Sr. Deputado, o investimento a crescer 20%... Posso comparar com alguns anos passados: em 1978, por exemplo, o défice era 11,8% do produto e o investimento bruto cresceu apenas 4,8%, mas em 1981 o défice foi de 19,8% do produto e o investimento bruto cresceu apenas 2,7%; em 1983, Sr. Deputado, o défice foi de 12,6% do produto e o investimento diminuiu 21% em termos reais. São números deste género que lhe poderia apresentar: em 1984, o défice foi 8,1% do produto e o investimento caiu 18%. Ora, em 1987, quando o investimento bruto cresce 20%, em termos reais, o défice é apenas de 5% a 5,5% do produto!

Quanto à competitividade, Sr. Deputado, ela depende fundamentalmente dos preços externos, dos preços internos e, de entre estes, dos preços de importados, o que quer dizer que a política cambial tem grande influência na competitividade, através dos preços externos e dos preços internos. Além disso, têm influência na competitividade os encargos financeiros, que têm vindo a baixar à medida que a inflação vai baixando. Temos uma taxa de juro real suficientemente alta para segurar o crescimento da economia portuguesa, porque o crescimento está a fazer-se a bom

ritmo, mas sem excessos; não há contenção do crescimento, como o Sr. Deputado quer dizer na sua pergunta; há apenas segurança no crescimento; há apenas bom crescimento, como se fez em 1986 e 1987 e vai continuar a fazer-se em 1988 e nos anos seguintes.

Com o crescimento da economia e o investimento a crescer como está, o défice da balança de bens e serviços é, muito provavelmente, um défice «virtuoso»; então, é desejável que o País o tenha por alguns anos, porque é autocorrector.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Ministro, a sua resposta, que agradeço, revela o tal optimismo. Tenho ainda algumas questões a colocar-lhe.

O Sr. Ministro diz que há segurança no crescimento; nós entendemos e ficou patente, nomeadamente no anterior debate sobre a situação económica e ainda por altura da discussão do Orçamento do Estado, que há mais contenção do que investimento.

A verdade, Sr. Ministro, é que também não respondeu claramente à minha questão, que repito, sobre o que pensa o Governo fazer para tornar a nossa indústria mais competitiva, nomeadamente face aos produtos das indústrias estrangeiras que estão a invadir Portugal.

O Sr. Ministro abordou claramente esta matéria, dizendo que isto é um «défice virtuoso» e disse também — bem disposto — que esta é uma economia aberta, um mercado aberto.

O Sr. Ministro, para estabelecer termos de comparação, também citou números de anteriores governos, nomeadamente de 1981, em que também estava no Governo o Sr. Doutor Cavaco Silva, segundo creio.

Vozes do PSD: — Não estava, não!

O Orador: — Foi em 1980?!

Quando ao «défice virtuoso», pergunto-lhe, Sr. Ministro, se entende que é um «défice virtuoso» esta situação, em que mais de metade dos bens importados são bens de consumo.

Acha «défice virtuoso» — e a frase é do Sr. Ministro — este défice e esta situação, quando se está a processar, com rapidez, a substituição da produção nacional pela produção estrangeira?

Também é um «défice virtuoso» que a especialização do nosso aparelho produtivo se acentue cada vez mais nas indústrias tradicionais, o que é grave, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro diz que há investimentos, que se caminha para a frente, mas a verdade é que a especialização das nossas indústrias se verifica cada vez mais nas indústrias tradicionais! E, assim, toco na frase final do Sr. Ministro, que diz que é modernização. Então, Sr. Ministro, entende que, quando a especialização da nossa indústria está cada vez mais a caminhar para as indústrias tradicionais, é assim que vamos modernizar todo o nosso aparelho produtivo?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Deputado, contenção é diferente de regulação de economia; contenção do crescimento é uma coisa e regulação ou afinação do crescimento é outra!

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Eu sei isso, Sr. Ministro!

O Orador: — O que estamos é a regular o crescimento, para que ele se faça a uma boa taxa, quase 4% em 1988, quando andou numa taxa média superior a 4% em 1986 e 1987. Isso é bom para o País!

O Sr. Deputado, ao falar em contenção da procura e contenção do crescimento, parece querer significar que estamos em crescimento zero, mas, muito longe disso, estamos num excelente andamento da economia portuguesa.

Quanto à segunda pergunta, sobre como podemos transformar a economia portuguesa mais competitiva, Sr. Deputado, é através do investimento, antes de mais, através do aumento da produtividade, através do crescimento dos salários reais não acima do crescimento da produtividade e, finalmente, não é seguramente através da desvalorização cambial em excesso, como se fez durante muitos anos na economia portuguesa e nós acabámos com isso a partir de 1985.

À terceira pergunta, sobre o «défice virtuoso?!», direi, Sr. Deputado, o défice da balança de bens e serviços em 1987 cresceu e esse acréscimo é justificado em três quartos, ou mais do que isso, pelo acréscimo das importações de máquinas e equipamentos, e este talvez seja o melhor sinal de que, provavelmente, muito provavelmente, o défice é «virtuoso!».

Insisto em dizer que o acréscimo do défice da balança de bens e serviços é, em mais do que 75%, explicado pelo acréscimo das importações de máquinas e equipamentos!

Finalmente, quanto às indústrias tradicionais, aquelas que apresentaram uma maior taxa de crescimento das exportações foram, precisamente, as de material de transporte terrestre, que não é seguramente uma indústria tradicional em Portugal e que foi a que teve maior taxa de crescimento, ou seja, 50% em volume, em 1987.

Os têxteis, que são uma indústria tradicional, cresceram as suas exportações em 13%, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou a sessão de perguntas ao Governo.

Reunir-nos-emos novamente quinta-feira, às 10 e às 15 horas, para continuação da discussão da proposta de lei n.º 22/V e para a interpelação ao Governo, apresentada pelo CDS.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 55 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Augusto Ramos.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Motta Veiga.
António Manuel Lopes Tavares.

António Paulo Martins Pereira Coelho.
 Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Domingos Duarte Lima.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.
 Filipe Manuel Silva Abreu.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Jaime Carlos Marta Soares.
 Jaime Gomes Milhomens.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Granja Rodrigues da Fonseca.
 José de Almeida Cesário.
 José Lapa Pessoa Paiva.
 José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 José Mendes Bota.
 José Pereira Lopes.
 José de Vargas Bulcão.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Margarida Borges de Carvalho.
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
 Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.

Partido Socialista (PS):

António Manuel Oliveira Guterres.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Guilherme Manuel Lopes Pinto.
 Helder Oliveira dos Santos Filipe.
 Helena de Melo Torres Marques.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lacão Costa.
 José Barbosa Mota.
 José Manuel Torres Couto.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Raúl d'Assunção Pimenta Régo.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Maria Odete Santos.

Partido Renovador Democrático (PRD):
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Natália de Oliveira Correia.

Centro Democrático Social (CDS):
 Adriano José Alves Moreira.
 José Luís Nogueira de Brito.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):
 Álvaro Cordeiro Dámaso.
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.
 Dinah Serrão Alhandra.
 José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 Manuel da Costa Andrade.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
 Rui Gomes da Silva.

Partido Socialista (PS):
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Jaime José Matos da Gama.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Partido Comunista Português (PCP):
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Partido Renovador Democrático (PRD):
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

OS REDACTORES: *Maria Leonor Ferreira — Carl Pinto da Cruz.*

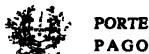
DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicase que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 144\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex